



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

GABRIELA GALVÃO DE SOUSA

**POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA REFLEXÃO ACERCA DA
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS**

Brasília – DF

2016



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER

GABRIELA GALVÃO DE SOUSA

**POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA REFLEXÃO ACERCA DA
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social
apresentado ao Departamento de Serviço Social da
Universidade de Brasília como requisito parcial para a
obtenção de título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Doutora Miriam de Souza Leão
Albuquerque.

Brasília – DF

2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER

GABRIELA GALVÃO DE SOUSA

**POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA REFLEXÃO ACERCA DA
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS**

Brasília ____de____de 2016

Banca Examinadora:

Prof.^a Me. Priscilla Maia de Andrade

SER/UnB - Examinadora

Prof.^a Dra. Miriam De Souza Leão Albuquerque

SER/UnB - Orientadora

Assistente Social- Ângelo Roger de França Costa

Convidado

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus pela oportunidade de ter realizado minha graduação na Universidade de Brasília, ao reconhecer que o sistema de acesso à universidade é restrito e elitizado, vejo o meu privilégio em ter realizado uma graduação na instituição. O meu ingresso na Universidade de Brasília, culminou em uma grande bagagem de aprendizados e também em uma imensa transformação pessoal e profissional.

Agradeço prioritariamente aos meus pais, Imelda Galvão e Severino Alves, pessoas que batalharam incansavelmente pela minha vida e conseqüentemente para que eu obtivesse acesso a uma boa educação, o que resultou no meu ingresso na Universidade, tenho total noção que só vocês sabem como foram dias difíceis e como vocês muitas vezes se anularam a fim de garantir uma boa educação a mim e aos meus irmãos, esse título de Bacharel em Serviço Social é de vocês e por vocês. Gostaria de agradecer também aos meus irmãos Vinicius e Pedro e a toda a minha família que me ensinam diariamente o valor de possuir uma fonte inesgotável de amor e de carinho.

À minha filha Pietra que mesmo surgindo na minha vida tão precocemente me fez ver o mundo com outros olhos e me deu um combustível e tanto para batalhar por mim e por ela. Uma gravidez aos 15 anos, com o apoio de toda a minha família, além de não ter sido motivo para a estagnação me fez ter mais vontade ainda de crescer profissionalmente e pessoalmente.

Às minhas amigas Elaine Ferreira, Fernanda Arnaud, Gabriela Cordeiro, Maisa Marques e Yara Carvalho, que cursaram Serviço Social comigo e passaram por esse processo enriquecedor de construção e desconstrução diária, acompanharam de perto os desafios postos para se cursar uma graduação e tornaram muito mais leve todos os percalços que surgiram pelo caminho. Em breve seremos além de amigas da vida, amigas de profissão. Pelo aprendizado e sorrisos diários, serei eternamente grata. Agradeço também ao meu melhor amigo e namorado Lenilson Matos que sempre me incentivou e nunca duvidou do meu potencial e da minha capacidade, muito obrigada por todas as conversas e todo o afeto.

A todos os professores que passaram pela minha vida, o meu reconhecimento e admiração. Anseio pelo dia em que a profissão será reconhecida e valorizada como merece ser.

À professora Miriam, que me orientou na realização desse trabalho – momento ímpar para a minha formação estudantil – contribuindo com todo o seu conhecimento teórico-prático, sinto-me muito agradecida.

A todo o Departamento de Serviço Social, dos funcionários aos professores, o meu sincero agradecimento, vocês fizeram parte da melhor fase da minha vida e hoje olhando para os cinco anos percorridos posso afirmar o quanto valeu a pena.

De ‘menos pior’ a ‘menos pior’ vamos do desastre à tragédia, e deixamos de alargar os horizontes do possível.

RESUMO

Este trabalho de Conclusão de Curso teve a temática originada pela vivência do estágio supervisionado em Serviço Social em 2014, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)- unidade de Santa Maria. O objetivo geral é identificar a precarização do trabalho na instituição CRAS e analisar em que medida essa precarização influencia na atuação profissional do Assistente Social na instituição.

O estudo orienta-se pelo método do materialismo dialético, caracterizando-se como uma pesquisa qualitativa. A técnica utilizada foi a revisão bibliográfica e aplicação de entrevistas com assistentes sociais que trabalham nas unidades do CRAS. Refletir sobre em que medida a precarização do trabalho pode influenciar na atuação profissional e consequentemente na aplicação da PNAS como esta preconizada torna-se extremamente relevante, pois elucida como o trabalho precarizado vigente nesse sistema capitalista influencia na prática profissional, inclusive, na categoria profissional que almeja um novo projeto societário.

Palavras-Chaves: Serviço Social; Política Nacional de Assistência Social; categoria trabalho; atuação profissional.

SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEPSS- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CF - Constituição Federal

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CNSS- Conselho Nacional do Serviço Social

CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS- Centro de Referência de Assistência Social

CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social

CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRESS- Conselho Regional de Serviço Social

DF- Distrito Federal

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social

PAIF- Programa de Atenção Integrado a família

SAGI- Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SUAS- Sistema Único de Assistência Social

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso

UnB - Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1.MUNDO DO TRABALHO	15
1.1 A ontologia do trabalho.....	15
1.2 O contexto Histórico do trabalho.....	18
1.3 O trabalho do Assistente Social.....	27
2.A ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	29
2.1 Contexto histórico da Assistência Social.....	29
2.2 A Assistência Social como direito (marcos regulatórios).....	34
2.3 O equipamento em análise no presente trabalho.....	42
2.4 Os desdobramentos da precarização do trabalho na atualidade.....	44
3.ANÁLISE DOS DADOS DAS ENTREVISTAS REALIZADAS SOB A ÓTICA DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL.....	49
3.1. A atuação do Assistente Social na PNAS.....	49
3.2 Reflexão acerca dos dados coletados nas entrevistas.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	66
ANEXOS.....	71

INTRODUÇÃO

O advento do capitalismo com a Revolução Industrial fez com que esse sistema econômico adentrasse nas mais diversas esferas sociais, pois o mesmo modificou não só a estrutura de mercado da sociedade, mas também o modo de vida dos indivíduos, alterando também as reproduções sociais; a partir do mesmo configura-se uma sociedade dividida em classes antagônicas onde a classe burguesa se sobrepõe a classe do proletariado. No capitalismo a força de trabalho torna-se uma mercadoria, pois é por meio da força de trabalho que o homem produz outras mercadorias e acumula capital. Se inicialmente o trabalho era tido como uma forma de mediar a relação entre o homem e a natureza, com a ascensão do capitalismo o mesmo é apropriado pelo capitalista através da força de trabalho do proletariado. Com o esforço do operário se extrai um valor além do que é pago pela sua produção, conceitua-se isso como mais-valia. (MARX, 1862).

Entendendo que as crises de mercado são estruturais do sistema capitalista e fazem parte da sua estrutura cíclica, a crise estrutural do capitalismo que se instaurou no mercado nos anos de 1970, fez com que o capital implementasse um vasto processo de reestruturação do mercado, com o objetivo de recuperação do ciclo de reprodução do capital, esse processo afetou diretamente o mundo do trabalho. A expansão do neoliberalismo (como resposta a essa crise) na mesma década culminou em um processo de regressão dos direitos já conquistados anteriormente pelos trabalhadores. Intensificaram assim as transformações no processo produtivo.

Inicialmente, o trabalho pode ser entendido como categoria fundante dos seres humanos (LESSA, 2007) e também como forma apropriada pelos homens de transformar o mundo natural a fim de sanar suas necessidades inicialmente básicas.

Sabendo que no sistema capitalista o objetivo principal é o lucro através da exploração da mão de obra, faz-se necessário compreender que nesse modelo de sistema vigente o trabalho traz consigo a alienação, perdendo-se assim a conexão concreta entre a produção e a vida do trabalhador, o trabalhador se relaciona com o produto de seu trabalho como a um objeto estranho (MARX, 1862).

Não obstante, os indivíduos perdem o alcance do seu trabalho, não existindo assim a possibilidade de apreender a totalidade da atividade em que seu esforço está inserido. O produto torna-se estranho ao trabalhador, isso significa que na sociedade de classes, o proletariado não

domina e não detém os meios de produção. Nesse modelo de sociabilidade, a liberdade que deverá ser posta pelo trabalho não se manifesta, distanciando o trabalho da noção de “prazer” e aproximando da obrigatoriedade.

Nesse contexto de trabalho alienado no capitalismo existe como consequência a precarização do trabalho que pode ser entendida como o conjunto de mudanças econômicas e sociais no mundo do trabalho, caracterizada geralmente pela desqualificação nas relações de contrato de trabalhista. Tal fenômeno demonstra insensatamente a tendência do processo de produção capitalista, que quando se encontra diante das contradições inerentes capitalismo que impedem a manutenção do lucro, intensifica a produtividade do trabalho vivo juntamente com um nível elevado de exploração da mais-valia do trabalhador. A lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo que tem gerado uma imensa sociedade dos excluídos e dos precarizados. (ANTUNES, 2000).

É nesse cenário que os assistentes sociais estão inseridos, inscritos no mercado da divisão sócio técnica do trabalho como trabalhadores liberais, esses profissionais tem sentido os efeitos do atual projeto societário que fragmenta e limita a atuação profissional. Os recursos, as condições e os meios de trabalho são cada vez mais restritos no que se refere à execução de políticas sociais (IAMAMOTO, 2006).

A prática profissional dos assistentes sociais faz o uso de estatutos legais e éticos, voltada para uma dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a atuação profissional. Não obstante, a mesma ocorre de forma a tencionar as condições dadas pelo Estado, pelas políticas e pelos (as) empregadores com a relativa autonomia profissional. (IAMAMOTO, 2006).

Cabe ressaltar que a profissão está inserida na dinâmica das relações sociais, o que requer um trabalho de caráter mediatizador, ou seja, à medida que atente os interesses dos trabalhadores, também atende os interesses da classe dominante. Desse modo, há interesses contrapostos que configuram em um tensionamento e disputa por interesses. Dessa forma, trata-se de uma profissão que ainda que contribua para a manutenção da sociedade de classes, possibilita mudanças na vida dos trabalhadores. (IAMAMOTO, 2006).

O Projeto ético-político do Serviço Social é resultado de um arcabouço normativo composto pelo Código de ética/93o Código de Ética/93, a Lei de Regulamentação da Profissão e as diretrizes curriculares da ABEPSS como materiais norteadores das atribuições e competências

dos (as) assistentes sociais em âmbito geral, inclusive na política de Assistência Social, ao possibilitar uma atuação crítica, voltada para os princípios éticos com direitos e deveres.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é o objeto de estudo do presente trabalho e está legalmente reconhecida como direito social desde a constituição de 1988, tendo como embasamento a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, 1993); a política em questão instituiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005. O objetivo de todo esse processo é a consolidação da Assistência Social como política de Estado, sendo assim a concepção de Assistência e sua efetivação em forma de proteção social básica e especial (média e alta complexidade) demanda a articulação de todas as modalidades da proteção social.

A política de assistência está dividida entre proteção social básica e proteção social especial. Compreende-se a básica como aquilo que é primordial, basilar, fundamental para a manutenção da vida dos usuários. Na Política Nacional de Assistência (2004) e nas Normas operacionais básicas (2005), a proteção social básica está relacionada a ações preventivas, que trabalhem a convivência e o fortalecimento de vínculos. O SUAS (2005) indica a realização dessas ações sócio-assistências no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). A proteção social especial está relacionada a modalidade de atendimento assistencial destinado a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social por ocorrência de violações de direitos e/ou rompimento de vínculos, a indicação do SUAS (2015), é que a realização desses atendimento sejam feitos no Centro de Referência especializado de Assistência Social (CREAS).

O equipamento que será utilizado como objeto de análise da PNAS é o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), e é considerado a porta de entrada para as principais atividades desenvolvidas pela Assistência Social, desempenhando papel central no território onde está inserido e tendo grande importância no que se refere à aproximação com a população e ao reconhecimento das desigualdades sociais.

Problematizando todas essas questões que perpassam a atuação profissional no âmbito da Assistência Social, o objetivo do presente trabalho é compreender a existência da precarização do trabalho na atuação profissional do assistente social na execução da PNAS, especificamente no equipamento CRAS. Analisar em que medida a precarização do trabalho influencia na atividade profissional do Assistente Social nessas instituições se faz necessário, pois pode demonstrar como existem barreiras relacionadas a essa precarização que influenciam diretamente na

efetivação dos princípios e diretrizes que norteiam o SUAS e também na consolidação dos direitos sociais desses usuários do serviço de Assistência Social. Os objetivos específicos do trabalho são: Identificar os principais fatores da precarização no trabalho que influenciam na atividade profissional (muita demanda espaço físico insuficiente, baixos salários, entre outros); fazer levantamento dos marcos regulatórios dos/as trabalhadores/as do SUAS e mostrar os indícios da precarização do trabalho no equipamento CRAS através dos vínculos profissionais, infraestrutura do equipamento e possíveis infrações aos marcos regulatórios decorrentes dessa precarização.

Tendo como campo de estagio o CRAS- Santa Maria, pude vivenciar no cotidiano das práticas profissionais dos Assistentes Sociais expressões notórias da precarização do trabalho, no entanto vale lembrar que essa precarização é inerente ao modelo do sistema capitalista vigente. Ademais, torna-se necessário compreender em que medida essa precarização influencia de forma negativa na atuação profissional dos Assistentes Sociais.

Assim, torna-se necessário esclarecer os tipos de pesquisa que foram utilizados ao longo da execução desse trabalho de conclusão de curso. Minayo (2002) define metodologia como sendo o caminho e os instrumentos próprios para abordar a realidade, incluindo concepções teóricas da abordagem, onde se permite a compreensão da realidade, além de ser possível incluir a criatividade do pesquisador como instrumento a ser utilizado.

Com o mesmo entendimento, Bruyne (1991 p. 29) diz que a “metodologia deve ajudar explicar não apenas os produtos da investigação científica, mas principalmente seu próprio processo, pois suas exigências não são de submissão estrita a procedimentos rígidos, mas antes da fecundidade na produção dos resultados”.

Dessa forma, a realização desse trabalho conta com o método de referência bibliográfica e de pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa não é baseada em números, mas na garantia de representação das informações coletadas, além de trabalhar “[...] com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.” (MINAYO, 2009). Nesse sentido, a pesquisa qualitativa é uma técnica utilizada com o objetivo de apreender respostas que possivelmente cumpram os objetivos da pesquisa.

Referente ao uso da pesquisa bibliográfica, o mesmo proporciona uma sustentação teórica necessária para a análise posterior dos dados da entrevista. Segundo Gil (1996), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído, principalmente de

livros e artigos científicos. O autor enfatiza que, em quase todos os estudos, seja exigido algum tipo de pesquisa desta natureza. Existem pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. A mesma é indispensável nos estudos históricos e em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados, senão com base em dados secundários (GIL, 1996).

É nesse caminho que para a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foram realizadas entrevistas qualitativas com três assistentes sociais que trabalham no equipamento CRAS, a fim de coletar informações que evidenciem como se reflete a precarização do trabalho na atuação do Assistente Social na PNAS, especificamente no equipamento CRAS. A segunda etapa da entrevista foi a análise e interpretação dos dados coletados partindo do pressuposto de que, como afirma Minayo (2009), a análise qualitativa não é apenas uma classificação da opinião dos entrevistados, para além, é a descoberta de códigos sociais que podem ser identificados a partir de falas, símbolos e observações.

O trabalho está dividido em três (3) capítulos, sendo o primeiro denominado como “Mundo do trabalho”, onde é explanado como se dá o trabalho anterior e posterior ao sistema capitalista vigente, o segundo capítulo denominado como “O contexto histórico da assistência”, onde encontra-se os caminhos percorridos para o reconhecimento da política enquanto direito e o terceiro e último capítulo chama-se “Análise da dados das entrevistas sob a ótica da precarização do trabalho”, onde encontram-se reflexões referente a atuação profissional no contexto de precarização latente no mundo do trabalho.

Não obstante, os estudos realizados nesse trabalho não se esgotam aqui. Poderá possibilitar novas investigações acerca de algo tão complexo nos dias atuais que é o avanço das forças neoliberais com a precarização do mundo do trabalho dos profissionais do Serviço Social na PNAS.

1. MUNDO DO TRABALHO

1.1 A ontologia do trabalho

A existência da natureza é anterior à existência do homem, isso significa dizer que se torna impossível a reprodução da sociedade sem a natureza. Tendo em vista a sociedade, tanto no âmbito da sua origem quanto em seu desenvolvimento ao longo do tempo, não é possível entender a natureza como algo que não seja prévio e anterior a sociedade.

Deve-se inferir que não é viável a existência de nenhum tipo de sociedade, independente do seu modelo, sem a utilização da natureza. Historicamente, foi a transformação dessa em meios de produção e de subsistência que possibilitaram ao homem a reprodução social ao longo dos tempos. (LESSA, 2007).

É a partir da práxis (ação humana), que se tem o ponto de partida para qualquer investigação empírica sobre o homem. Embora o ser natural, biológico, seja indispensável para a existência do homem, o mesmo é apenas uma parte do processo humano, portanto, não constitui o homem como um todo. Mesmo que o ser social seja também um ser natural, o mesmo, ao desenvolver-se através do trabalho teleológico, torna-se cada vez mais social. (MARX, 1968). Nesse sentido:

O único pressuposto do pensamento de Marx é o fato de que os homens, para poderem existir, devem transformar constantemente a natureza. Essa é a base ineliminável do mundo dos homens. Sem a sua transformação, a reprodução da sociedade não seria possível (...). Sem a reprodução biológica dos indivíduos não há sociedade; mas a história dos homens é muito mais do que a sua reprodução biológica. A luta de classes, os sentimentos humanos, ou mesmo uma obra de arte, são alguns exemplos que demonstram que a vida social é determinada por outros fatores que não são biológicos, mas sociais. (TONET, 2011 p.13)

O ser social pode ser entendido, como um ser concreto, real, histórico e dialeticamente constituído por várias relações sociais, que vive e se objetiva na vida cotidiana. O ser social se diferencia dos animais por sua capacidade de transformar a própria natureza, de tal modo que ao transformá-la, transforma a si mesmo. O primeiro ato humano e social, segundo os apontamentos marxistas, é a criação das condições materiais para a sua sobrevivência da vida humana. Deste modo, para que possa fazer sua própria história, o homem deve estar em condições para isso

(sanar suas necessidades inicialmente básicas, como comer e se proteger do clima, entre outros). (MARX e ENGELS, 2007).

Os seres sociais ao se sociabilizarem estabelecem relações entre si, a fim de sanar suas necessidades primárias. Por haver essas necessidades básicas pré-históricas, os seres sociais constroem complexos sociais e novas necessidades sociais e materiais. Com a reprodução social, reproduz materialmente complexos sociais que modificam as condições de sociabilidade e também o modo de produção necessário para a vida social. Assim, se constroem formas diferentes e complexas para atender as necessidades dos indivíduos e dos grupos constituídos (BARROCO, 2008).

Tendo em vista essa ação humana do homem frente à natureza, surge a categoria trabalho. Essa, segundo Lessa (2007), pode ser entendido como categoria fundante dos seres humanos, que consiste na mediação entre os humanos e a natureza, sendo ponto de partida da humanização. Considera-se que é através do trabalho que o ser social se difere de todos os outros seres vivos e desenvolve suas capacidades essenciais: Universalidade, sociabilidade, consciência e liberdade.

Dessa forma, o trabalho é um momento decisivo na realização do ser social, tornando-se condição necessária para a sua existência. Não obstante, os indivíduos fazem o trabalho de forma a apresentar a determinação ontológica do ser social (LESSA, 2007), a qual significa que ao transformar o mundo natural, transforma a si mesmo.

Marx (1968) aponta que a prévia ideação é um elemento presente que caracteriza o trabalho, sendo categoria exclusiva dos humanos. Ainda que um animal construa um lugar para se refugiar, aquele é desprovido de ato inconsciente, o que constitui uma ação meramente instintiva. Teleologicamente, o homem ao realizar uma atividade frente à matéria-prima, a mesma já estava projetada na sua consciência, de tal modo que o mesmo previu qual seriam os objetivos e consequências daquele ato. O produto do trabalho é a concretização daquilo que já estava elaborado na consciência humana ao iniciar a atividade. Por tomar consciência do ato antes da ação se realizar, a ação torna-se mediada, regulada e controlada.

[...] [Diferente do que ocorre no mundo animal] o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo e sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início desde existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. (MARX, 1983, p. 150).

É necessário compreender que ao modificar a natureza através do seu trabalho, o homem também modifica a si mesmo e ao modificar a si mesmo esse mesmo indivíduo se encontra

sujeito a novas situações, novas relações sociais, novos conhecimentos e habilidades até então desconhecidos. Pode-se dizer que o ser humano não passa por um desenvolvimento exclusivamente biológico, mas evoluem também suas relações sociais, garantindo assim, sua reprodução e novas formações sociais. (LESSA, 2007)

O trabalho ocorre para o suprimento de uma necessidade, dessa forma, cria um valor de uso. A categoria em análise envolve três momentos decisivos: a objetivação, a exteriorização e a alienação. Não obstante, a objetivação: “Não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele, o indivíduo, sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade” (MARX, 1983, p.150).

Quando o ser social objetiva o seu produto ocorre a exteriorização do sujeito, a qual é parte do trabalho, pois ao objetivar a prévia ideação, ocorre a exteriorização do conteúdo antes planejado na consciência do indivíduo. A exteriorização é um momento positivo por meio do qual o homem constrói o ser social. Na medida em que os humanos se reproduzem socialmente, isso simboliza o caráter positivo da exteriorização. Ao se exteriorizar e transformar o real, o sujeito também se transforma na sua individualidade e na realidade exterior. É nesse complexo de objetivação-exteriorização que o ser social se diferencia da natureza.

No que se refere à alienação, essa é considerada um fenômeno puramente social e não natural. A alienação é um momento de negação das potencialidades que induzem a emancipação humana, em que ocorre a inversão do caráter da atividade humana, ou seja, da realização de atividade livre, consciente, universal e social, os indivíduos que a realizam passam a não se reconhecerem tanto no processo de trabalho utilizado para obter o produto, quanto no produto como objeto final da sua ação (BARROCO, 2001). Nesse momento, entendido como alienação, ocorre uma cisão entre o sujeito e o objeto, uma relação de estranhamento.

Vale salientar que nem todas as objetivações/exteriorizações assumem papel positivo no desenvolvimento das relações humanas. Em momentos históricos e determinantes, algumas objetivações ao invés de servirem como impulso, se transformam em barreiras para o desenvolvimento da humanidade. É nesse contexto que tais objetivações ao invés de contribuírem com a progressão do homem, se transformam em negação da essência humana. (HOLANDA, apud.LUCAKS,2005).

1.2 O contexto histórico do trabalho

O trabalho ontológico tido como uma finalidade básica do ser social e como a busca da realização produtiva e reprodutiva do indivíduo, passa por mudanças estruturais e complexas ao longo do tempo. Os modos de produção devem ser entendidos como a maneira com que se organiza a produção material em um dado estágio do desenvolvimento das sociedades, sendo determinante na organização econômica social (MARX, 1868). As relações de determinado modo de produção desenvolvem funções primordiais tais como: determinam a forma social do acesso às fontes e ao controle dos meios de produção; redistribuem a força de trabalho social entre os diversos processos de trabalho que produzem a vida material e determinam a forma social de divisão, redistribuição dos produtos e de trabalho individual e/ou coletivo, e, por conseguinte, as formas de circulação ou não desse produto. (MARX, 1868)

Marx (1867) define quatro modos de produção dominantes em todo o contexto histórico, sendo eles: modo de produção primitivo, modo de produção escravista, modo de produção feudalista e modo de produção capitalista. Segundo o autor na sua obra: Manifesto do Partido Comunista (1848 p.70):

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra interrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária da plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e aprendiz; numa sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta.

O modo de produção primitivo deve ser entendido como uma formação econômica e social que abarcou um período de tempo muito longo, mais precisamente desde o aparecimento da sociedade humana. Esse tipo de comunidade existiu durante centenas e milhares de anos, enquanto os outros modos de produção conseguintes não chegaram a ultrapassaram cinco milênios. A comunidade primitiva foi um momento da história onde os indivíduos trabalhavam em conjunto e tanto os meios de produção quanto os frutos do trabalho eram tidos como propriedade coletiva. Esse tipo de produção coletiva ou cooperativa para Marx era claramente a consequência da falta de independência do homem, isto é, a cooperação era necessária para a

execução de trabalhos cuja realização era impossível sozinha, como exemplo, a caça a grandes animais selvagens. (MARX, 1848)

Nesse momento da história, a força motriz do desenvolvimento do regime primitivo era o esforço dos homens para assegurar os meios vitais de sua subsistência, ou seja, não se pensava em gerar produtos com fins lucrativos, o que era produzido era apenas e tão somente para a subsistência dos indivíduos de determinada sociabilidade. Torna-se de extrema importância ressaltar que não existia a presença do Estado:

Na sociedade primitiva ainda não eram percebidos os sintomas da existência do Estado. O que vimos nela é o domínio dos costumes, a autoridade, o respeito, o poder de que desfrutavam os anciãos do “gens”, vemos que este poder, às vezes, eram reconhecidos inclusive as mulheres (...), mas não vemos em parte alguma categoria particular de pessoas destacadas especificamente para governar outras e, no interesse e com fins de governo, dispor sistemática e permanentemente de um determinado aparelho de subordinação e de violência. (LENIN, 1918, p. 437).

É nesse período que ocorre o aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho. Conquanto, ainda não se verificava a existência da propriedade privada, como também não existia a preposição de proprietários e não proprietários. Era um modo de produção onde não existiam classes sociais.

O desenvolvimento dos instrumentos de produção e o crescimento da produtividade, ambos consequência do aprimoramento dos instrumentos, possibilitou cada vez mais que um pequeno grupo de pessoas (família), conseguissem produzir em um pedaço de terra sozinhos, e assim assegurar os meios necessários para a subsistência, havendo então a possibilidade da economia individual.

A pecuária e a agricultura possibilitaram o surgimento da divisão social do trabalho. Significa dizer que em diferentes comunidades os membros passaram a serem distribuídos em diferentes tipos de atividade produtiva. A divisão social do trabalho possibilitou a produção de algum excedente de gados, laticínios, carne, couro e peles. Entre as tribos pastoreiras e as agrícolas, estabeleceram-se, historicamente, vínculos econômicos voltados para a troca, uma vez que os agricultores necessitavam de artigos que eram produzidos pelas tribos pastoreiras e também o contrário.

A separação do artesanato e da agropecuária foi a segunda grande divisão social do trabalho, a produção dos artesãos destinava-se cada vez mais a troca. A ampliação da troca e o desenvolvimento da divisão social do trabalho aniquilaram cada vez mais a propriedade comunitária. As trocas que ao passar do tempo foram consideradas como transições de produtos

eram realizadas por representantes das comunidades, os mais velhos ou patriarcas, desse modo, gradualmente os chefes gentílicos passaram a estabelecer uma relação de pertencimento frente aos bens que a comunidade produzia. (MARX, 1982)

O surgimento da troca e da propriedade privada foi um marco e culminaram em uma grande transformação em todo esse modelo de sociedade primitiva. A divisão do trabalho, o desenvolvimento da propriedade privada, fez com que diferentes membros das comunidades usassem de suas atribuições e posições para enriquecer-se. Como os chefes da comunidade detinham parte considerável dos produtos comunitários, os mesmos cada vez mais se afastavam da massa (membros da comunidade). Essas famílias, conseqüentemente, foram as que mais acumularam bens.

Todo esse cenário de crescimento das forças produtivas e do aprimoramento da atividade humana, possibilitou mais meios do que o necessário para a manutenção da vida humana, surgindo assim à oportunidade da apropriação do trabalho extra e do produto extra. Descobriam-se então a vantagem frente ao trabalho, se antes se matavam as pessoas em combates, as aprisionavam, nesse dado momento passou-se a ser vantajoso obrigá-las a produzir cada vez mais produtos, surgindo assim os escravos.

O surgimento dos escravos pode ser considerado como o primeiro momento na história de divisão da sociedade em classes: divisão entre senhores e escravos. Ocorreu-se, assim a exploração do homem pelo homem, a apropriação individual e gratuita do trabalho humano.

A terceira grande divisão social do trabalho se deu com a separação da classe dos comerciantes, que nesse momento ocupava-se da troca de produtos e não da produção do mesmo. Nessa fase, tanto a propriedade territorial, quanto as riquezas em forma de dinheiro e os escravos já existentes concentravam-se nas mãos dos ricos senhores de escravos. (MARX, 1867)

No regime escravista dividiam-se os indivíduos em homens livres e os escravos, havendo assim a divisão da sociedade em duas classes antagônicas: escravos e senhores de escravos. Os homens considerados livres, ainda que em graus diferentes, dispunham de direitos de cidadania, de posse de bens e da sua própria “liberdade”, enquanto os escravos eram privados de todo e qualquer direito. A escravidão foi um momento de barbáries inadmissíveis no que diz respeito à valorização da vida humana. (MARX, 1867)

O aparecimento da propriedade privada e a divisão da sociedade em classes foram fatores determinantes para a necessidade do Estado. O Estado escravista foi percussor do

desenvolvimento e consolidação das relações de produção da sociedade, tornou-se um aparelho de dominação ramificado e de violência às massas populares.

Gradativamente passou-se do sistema escravista para o feudalista. O sistema feudalista era constituído por senhores e servos. Os servos tinham a obrigação de trabalhar na terra de seu senhor e ao proprietário de terra cabia pagar determinada parte de seu trabalho em dinheiro, ou entregar uma parte da colheita realizada pelos servos a ele, o que geralmente ocorria. O feudalismo ocorreu de forma diferente em diversos países, mas sua essência em todas foi à mesma: os camponeses caíram sob a dependência pessoal dos feudais (donos das terras).

No feudalismo o papel predominante era o da agricultura e embora houvesse uma relação de exploração dos senhores feudais pelos camponeses, o camponês não era escravo, pois possuía sua própria economia por estar incorporada a terra. Esse tipo de sistema tinha como pressuposto a obrigatória dependência pessoal do camponês pelo senhor das terras. O tempo de trabalho do servo era dividido em tempo necessário, onde o mesmo criava o produto necessário para a manutenção de si e da família, e o trabalho suplementar, onde se criava o produto que o senhor feudal apropriava-se.

O feudalismo era caracterizado por ritmos lentos de desenvolvimento de produção e pela rotina estreita e pessoal entre o servo e o senhor das terras. Chegou um dado momento em que a força produtiva se contrapôs às relações de produções feudais. Com a desintegração do feudalismo, começam a surgir os primeiros sinais de um novo sistema econômico, social e político: O Capitalismo. A característica essencial desse novo sistema é o fato de nele, o trabalho ser assalariado e não mais servil como no feudalismo.

Conforme exposto, em geral, os modos de produção se constituem em dois elementos fundamentais: as forças produtivas e as relações de produção. No capitalismo existe um fator primordial: a força de trabalho, entendida como a energia muscular e cerebral com a qual os trabalhadores através dos meios de produção, viabilizam que o processo ocorra até a obtenção de um produto final. (MARX, 1867)

As formas de produção geralmente são determinadas pela forma de propriedade dos meios de produção. Por exemplo, como já explicitado, no modo de produção primitivo a propriedade dos meios de produção era coletiva, o que fazia com que todos participassem da produção e do consumo de bens. Esse tipo de sociabilidade viabilizava uma sociedade com relações sociais mais igualitárias, de cooperação e coletividade. Já no capitalismo, os meios de

produção são de propriedade particular, onde o capitalista (proprietário) se apropria do trabalho do proletariado (não capitalista). Tem-se assim uma sociedade dividida por classes: proletariados e burgueses (MARX, 1867)

A classe trabalhadora, por estar desprovida dos meios de produção, torna-se obrigada a vender sua força de trabalho a troco de um salário a fim de garantir sua sobrevivência. Por deter o poder econômico, e consequentemente o poder político, os capitalistas constituem-se como classe dominante, e a classe antagônica (proletariado) torna-se a classe dominada. Vale enfatizar que um dos principais objetivos da classe dominante é a obtenção do lucro. Esse se dá com um retorno de dinheiro maior do que o que foi investido na produção de mercadorias. Portanto, o capitalista ao empregar determinada quantidade de dinheiro para a compra de mercadorias necessárias para produzir (máquinas, ferramentas, matéria prima, entre outras) e assim deter os meios de produção de forma individual e privada, precisa também comprar a força de trabalho humana, ferramenta principal em todo o processo, sendo essa força de trabalho a principal mediação de todo esse processo. Ao final, as mercadorias produzidas através dos meios de produção e da força de trabalho, deverão ser vendidas por um valor superior ao que foi investido pelo capitalista no início de todo o processo. Esse dinheiro empregado pelo capitalista em todo esse processo ao produzir mercadorias cuja venda trará lucros é denominado de capital (MARX, 1867).

Nas relações capitalistas, a força de trabalho possui um valor específico expresso pelo salário, uma vez que é vendida pelo proletariado. A força de trabalho possui um diferencial que a distingue de todas as outras mercadorias: é considerado um trabalho vivo, pois ao ser utilizado pelo capitalista, à mesma cria valor, isso significa dizer que há uma produção de valor maior do que o necessário para a produção e reprodução dos indivíduos.

Nesse contexto, a força de trabalho gera para o capitalista um valor maior do que o salário que o mesmo paga ao proletariado, esse valor a mais é denominado de mais-valia. A apropriação desse trabalho excedente é o que permite ao capitalista a obtenção de lucro através do processo de produção, ou seja, se no sistema feudalista os comerciantes conseguiam lucro já no processo de troca de mercadorias, através da venda do produto por um valor maior do que o que foi comprado, no sistema capitalista o lucro é obtido ainda no processo de produção, por meio da mais-valia. É esse processo de mais-valia que predomina a lógica da produção capitalista, não existe capitalismo sem mais-valia. Portanto, por maior que seja a remuneração de

um trabalhador, seu salário sempre será inferior ao valor total produzido pelo mesmo, esse é motivo do qual na sociedade capitalista existe a exploração do trabalhador e a geração da desigualdade. Conforme afirma Marx:

O capital tem um único impulso vital, a tendência para criar valor e maisvalor, para fazer sua parte constante, os meios de produção, absorvem a maior quantidade de mais-trabalho possível. O capital é trabalho morto, que como vampiro, vive apenas de sugar trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho suga. (MARX, 1867, p. 257)

É imprescindível salientar que nesse sistema, a ideologia cumpre papel fundamental, pois é necessário que esses interesses particulares dos capitalistas (mais-valia, lucro, acumulação de capital) sejam apresentados como interesses universais (MARX; ENGELS, 1845).

A classe que domina a produção econômica de qualquer tipo de sociedade domina também a produção de ideias, valores e visões que propagam nessa sociedade por meio de instituições. Em suma, nesse contexto do sistema capitalista, o papel ideológico é imprescindível e tem por objetivo produzir uma visão equivocada da realidade, propondo como universais os interesses particulares da classe dominante, com o intuito de legitimar e perdurar as relações de produção capitalista com base na exploração do trabalhador.

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder *material* dominante numa sociedade é também a potência dominante *espiritual*. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual; de tal modo que o pensamento daqueles a quem é recusado os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de ideias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as ideias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as ideias do seu domínio. (MARX, 1976, p. 56)

O sistema capitalista teve sua consolidação na Revolução Industrial, que foi um conjunto de mudanças que aconteceram na Europa nos séculos XVII e XIX. Essa revolução teve como fator primordial o desenvolvimento de novas técnicas de produção de mercadorias, através de tecnologias e da passagem do trabalho manual para a atomização. A Revolução Industrial fez com que esse sistema econômico adentrasse nas mais diversas esferas sociais, pois o mesmo

modificou não só a estrutura de mercado da sociedade, mas também o modo de vida dos indivíduos, alterando também as reproduções sociais.

A produção de mais-valia e, conseqüentemente, a acumulação de capital permitiram o desenvolvimento e aprimoramento das técnicas de produção. O principal resultado desse desenvolvimento foi o surgimento de máquinas movidas inicialmente a vapor e a utilização de novas matérias-primas. Essa nova tecnologia voltada para o desenvolvimento do maquinário aprofundou a divisão social do trabalho e ampliou a exploração do trabalhador, havendo o aumento da produtividade e criando as grandes indústrias.

Aliado ao processo de industrialização, houve um crescimento urbano nas cidades de forma acelerada. Com o fim do feudalismo e a consolidação do capitalismo, os indivíduos se viam obrigados a deixar suas terras a fim de ir para a cidade se adequar a esse novo tipo de trabalho, mas as condições de trabalho eram péssimas e os trabalhadores trabalhavam e habitavam em condições insalubres.

Para Marx (1862), o sistema capitalista é composto por crises de mercado, crises essas que são estruturais do próprio sistema. Entendendo que as crises de mercado são estruturais do sistema capitalista e fazem parte da sua estrutura cíclica, a crise estrutural do capitalismo instaurada no mercado nos anos de 1970, fez com que o capital implementasse um vasto processo de reestruturação do mercado, com o objetivo de recuperação do ciclo de reprodução do capital, processo que afetou diretamente o mundo do trabalho.

Como resposta à crise do padrão de acumulação então vigente, iniciou-se a reestruturação produtiva, sob o advento do neoliberalismo, com a transferência sistêmica de capitais ao mercado financeiro, e debruçado na Revolução Tecnológica, implantou-se os modelos idealizados no “modelo japonês” de produção.

A expansão do neoliberalismo (como resposta a essa crise), no final do século XX, culminou em um processo de regressão dos direitos já conquistados anteriormente pelos trabalhadores através de lutas por melhores condições de trabalho. Intensificaram, assim, as transformações no processo produtivo.

A influência do projeto de reestruturação produtiva não se limitou apenas ao mundo do trabalho, implicando ideologicamente o Estado. A ideologia neoliberal defende um Estado forte para os interesses do capital e fraco para o social. Atualmente, há a redução do Estado em relação à questão social em detrimento da esfera econômica e a emergência do mercado como

salvador das mazelas sociais, tendo como consequência a particularização da questão social e também das políticas sociais (IAMAMOTO,1998).

É necessário compreender que no capitalismo o trabalho traz consigo a alienação, perdendo-se assim a conexão concreta entre a produção e a vida do trabalhador, o qual se relaciona com o produto de seu trabalho como a um objeto estranho (MARX, 1862). Dessa forma, quanto mais o trabalhador se exterioriza em seu trabalho, mais o mundo estranho, objetivo, que ele mesmo criou, torna-se poderoso diante dele, tanto mais empobrece a si e a seu mundo interior, tanto menos é dono de si próprio (MARX, 1984).

Não obstante, os indivíduos perdem o alcance do seu trabalho, não existindo assim a possibilidade de apreender a totalidade da atividade em que seu esforço está inserido. O produto torna-se estranho ao trabalhador, ocorrendo assim o momento de negação da liberdade humana, a alienação. Nesse modelo de sociabilidade, a liberdade que deveria ser posta pelo trabalho não se manifesta, distanciando o trabalho da noção de “prazer” e aproximando da obrigatoriedade. Marx (1844), afirma que o trabalhador sente-se livre para suas funções biológicas como: comer, beber, procriar, mas se sente um animal em suas funções humanas.

Ricardo Antunes em sua obra “Adeus ao Trabalho” (1993) ao abordar a temática das mudanças em curso no mundo do trabalho, revela as tendências encontradas nos países de capitalismo avançado, onde a classe trabalhadora apresenta-se cada vez mais complexa, fragmentada e heterogênea. Em sua obra, o mesmo contesta a existência do fordismo e do taylorismo como únicos processos produtivos no capitalismo e propõe que a forma mais atual de exploração da mão de obra está intitulada como “toyotismo”, que tem como características principais: mão de obra multifuncional e qualificada (fazendo com que o trabalho atue em várias áreas do sistema produtivo), sistema de flexibilização da produção (produzir somente o necessário), automatização e disputa acirrada entre os trabalhadores; demonstrando assim um caráter contraditório, onde de um lado há um processo de qualificação do trabalho por meio de maior intelectualização, e, de outro, o processo contraditório de desqualificação e/ou precarização do trabalho.

Vale ressaltar que embora o modelo Toyotista seja apresentado pelos capitalistas como o mais adequado à vida do trabalho, em relação aos anteriores modelos de produção, o mesmo aumenta a concorrência entre os trabalhadores e tem como uma das principais consequências a exigência do aumento da produtividade e o desemprego, uma vez que exige qualificação. Essa

forma de produção flexibilizada propositalmente, busca a adesão dos trabalhadores, que devem tomar para si o projeto do capital em busca incessante pelo lucro.

Essas transformações no mundo do trabalho apontam também para redução do número de trabalhadores do setor fabril, e o incremento no setor de serviços, acompanhado pelo crescimento do trabalho em tempo parcial, precário e subcontratado, não obstante também o incremento do trabalho feminino em condições precárias de trabalho. O resultado dessas mudanças se constitui em uma classe trabalhadora cada vez mais complexa e heterogênea (ANTUNES, 1993).

A centralidade do trabalho é vista como categoria ontologicamente fundante do ser social (ANTUNES, 1993), e embora o trabalho apresente todas as contradições neste sistema vigente, o mesmo ainda é a temática central no modelo de sociabilidade em que vivemos.

A conjuntura neoliberal vivenciada atualmente aponta para uma onda de regressão de direitos expressa em várias políticas, inclusive na política de Assistência Social. Isso se deve a uma racionalidade que legitima a atuação do mercado em detrimento da garantia de direitos e considera os investimentos do Estado na sociedade e as conquistas sociais, como formas de gastos sociais que necessitam serem reduzidos (IAMAMOTO, 2006). Esse contexto se resulta em uma problemática onde ocorre a fragmentação das políticas públicas, refletindo em entraves reais para a universalização de direitos e também na precarização do mercado de trabalho.

A precarização do trabalho pode ser entendida como o conjunto de mudanças econômicas e sociais no mundo do trabalho, caracterizada geralmente pela desqualificação nas relações de contrato de trabalhista. Tal fenômeno demonstra insensatamente a tendência do processo de produção capitalista, que quando se encontra diante das contradições inerentes ao capitalismo que impedem a manutenção do lucro, intensifica a produtividade do trabalho vivo juntamente com um nível elevado de exploração da mais-valia do trabalhador. A lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo que tem gerado uma imensa sociedade dos excluídos e dos preconizados. (ANTUNES, 2000).

1.3 O trabalho do Assistente social

Diante do cenário exposto, os assistentes sociais estão inseridos, inscritos no mercado da divisão sócio técnica do trabalho como trabalhadores liberais. Esses profissionais têm sentido os efeitos do atual projeto societário que fragmenta e limita a atuação profissional, no caso especificamente no campo da Assistência Social. Os recursos, as condições e os meios de trabalho são cada vez mais restritos no que se refere à execução de políticas sociais (IAMAMOTO, 2006).

A atuação profissional dos assistentes sociais faz o uso de estatutos legais e éticos, voltada para uma dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Não obstante, a mesma ocorre de forma a tencionar as condições dadas pelo Estado, pelas políticas e pelos empregadores com a relativa autonomia profissional (IAMAMOTO, 2006).

Ressalta-se o quanto o Serviço Social encontra-se submisso às estruturas do neoliberalismo dentro das políticas sociais e das instituições, havendo assim um paradoxo com a atuação profissional e com o Projeto ético político, pois essas expressões do neoliberalismo nas políticas sociais se tornam um impasse para a consolidação de uma boa atuação profissional.

Na forma em que são consolidadas as relações sociais capitalistas, o fazer profissional assistente social é reduzido à “prática profissional”, limitando as ações apenas ao indivíduo e desvinculando-o da questão social (contradição entre o capital e o trabalho), a qual deveria ser inerente ao trabalho por ser o objeto principal do profissional. Isso pode impactar em um profissional de ações pragmáticas, que não possui práticas reflexivas sobre sua ação (IAMAMOTO, 2006).

A atuação do profissional deve distanciar-se de práticas funcionalistas e pragmáticas, para que assim não haja a culpabilização dos indivíduos e o tratamento individualizante dos usuários. Não menos importante, é necessário também ter uma perspectiva crítica e histórica para o reconhecimento das determinações sociais que têm relações diretas com as desigualdades sociais. É necessário que o profissional objetive formulações de estratégias que modifiquem a realidade e construa também formas de pressionar o Estado para a garantia de recursos necessários e para a ampliação de direitos (CFESS, 2009).

De acordo com o CFESS (2009), diante das demandas do cotidiano da prática profissional, os assistentes sociais devem dar respostas que ultrapassem a dimensão pragmática e burocrática, buscando como orientação a dimensão socioeducativa. A democratização das informações aos usuários do sistema como um todo, é tarefa imprescindível para a conscientização dos direitos que os mesmos possuem. O trabalho do assistente social não se realiza desarticulado da realidade, ou individualmente, por isso, a posição favorável à interdisciplinaridade na atuação é necessária para uma atuação mais enriquecida.

Cabe ressaltar que a profissão está inserida na dinâmica das relações sociais, o que requer um trabalho de caráter mediatizador, ou seja, à medida que atende os interesses dos trabalhadores, também atende os interesses da classe dominante. Não obstante, há interesses contrapostos que configuram em um tensionamento e disputa por interesses antagônicos dentro do mesmo sistema. Dessa forma, trata-se de uma profissão que ainda que contribua para a manutenção da sociedade de classes, possibilita mudanças na vida dos trabalhadores. (IAMAMOTO, 2006).

O atual projeto ético-político do Serviço Social possui o Código de Ética de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão e as diretrizes curriculares da ABEPSS como materiais orientadores das atribuições e competências dos assistentes sociais em âmbito geral, inclusive na política de Assistência Social, ao possibilitar uma atuação crítica, voltada para os princípios éticos, direitos e deveres. O Código de Ética de 1993 traz como princípios essenciais para a atuação: a liberdade como valor central, a defesa dos direitos humanos, a ampliação e consolidação da cidadania, da democracia, da equidade e da justiça social e a eliminação de todas as formas de preconceito. Defende-se, também, o pluralismo – reconhecendo e respeitando as correntes profissionais democráticas e expressões teóricas; objetiva a construção de uma nova ordem societária que seja livre de opressões e explorações (CFESS, 2009).

A atuação do Assistente Social está inserida em um sistema onde ocorre a desrealização do ser social, por haver uma condição de trabalho onde o indivíduo não se reconhece como fruto do produto objetivado.

2 – SOBRE A ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.1 Contexto histórico da Assistência Social

A regulamentação da política de Assistência Social no país com a Constituição Federal de 1988 e legislações posteriores sob a ótica de direito social torna-se um marco, pois historicamente a mesma foi tida como benemerência. A prática da assistência ao outro está presente na história da humanidade desde os tempos mais remotos, não limitados à civilização judaico-cristã ou às sociedades capitalistas (SPOSATI et al., 2007). Infere-se que a pobreza sempre foi recorrente na história da sociedade, mas foi na ascensão e expansão do sistema capitalista que a mesma passou a ser vista como um “incômodo” e relevante ao ponto de exigir ações que apaziguassem, ainda que de forma emergencial, os desdobramentos da situação social dessas pessoas, pois era tida como um risco social.

A prática da benemerência é reafirmada na atenção individual e emergencial aos mais pobres. Dessa forma, o indivíduo não era tratado como um sujeito de direitos. Dentre tais práticas, podemos citar as “Poor Laws” ou Leis dos Pobres, que consistiram em políticas de natureza pública e caritativa, pioneiras da primeira fase da evolução da política social, disseminadas em grande parte dos países europeus entre os séculos XVII e XIX. Conforme afirma Boschetti (2003, p. 53), estas legislações impunham um “código coercitivo do trabalho” e possuíam caráter mais punitivo e repressivo do que protetor. Ou seja, as práticas caritativas possuíam um caráter coercitivo, pois tinham como intuito ajustar aqueles que estavam à margem da sociedade. Segundo Castel (1998) existiam elementos comuns que davam embasamentos para tais ações, sendo eles, o estabelecimento coercitivo do trabalho para todos os que não possuíam outros recursos pra viver senão a força de seus braços; a obrigação do pobre em aceitar o primeiro trabalho que lhe fosse oferecido; o bloqueio da retribuição ao trabalho efetuado, que não poderia ser objeto de negociações ou ajustes; e a proibição da mendicância aos pobres válidos, vedando a assistência aos indivíduos aptos para o trabalho e obrigando-os a se submeterem aos trabalhos oferecidos, ainda que fossem em condições indignas.

Dentre as referidas leis, merece destaque a “Poor Law Amendment Act”, implementada na Inglaterra em 1834. “Esta lei marcou o predomínio, no capitalismo, do primado liberal do

trabalho como fonte única e exclusiva de renda e relegou a já limitada assistência aos pobres ao domínio da filantropia”. (BOSCHETTI, 2003, p. 56). Segundo Couto (2006, p. 63), por essa lei:

(...) os pobres abdicaram de seus direitos civis e políticos em troca de sua manutenção pela coletividade. Por meio de uma taxa, paga pelos cidadãos, e com a preocupação de que os pobres representavam um problema para a ordem pública e de higiene para a coletividade, o tratamento deveria ser feito pelas paróquias, que tinham a tarefa de controlá-los. Evitavam, assim, que as populações empobrecidas prejudicassem o funcionamento da sociedade e, ao atendê-las dessa forma, não criavam situações indesejáveis para a expansão do capitalismo e para o necessário sentimento de competição que deveria pautar a integração dos homens na vida social.

A caridade e a benemerência acabavam por destituir o público alvo da assistência social da condição de cidadão, de sujeito de direitos, ou seja, era transformado em incapaz e necessitado da boa vontade do resto da sociedade. A pobreza era tratada como uma culpa individual daqueles que não se esforçavam o bastante para se adequar à forma vigente de sobrevivência (a venda da própria força de trabalho), sendo assim esses sujeitos eram considerados responsáveis pela situação de miséria em que se encontravam. Essa apropriação da prática assistencial como expressão de favor e benemerência lança para as instituições privadas e órgãos atrelados à Igreja o dever de desenvolver tais práticas. Ao Poder Público caberia somente catalisar e direcionar os esforços de solidariedade social da sociedade civil.

A crise mundial do capitalismo em 1929 ¹ tornou-se um marco. No Brasil, até os anos de 1930, não se apreendia a pobreza enquanto expressão da questão social, mas sim como uma não adequação pessoal dos indivíduos ao sistema vigente. Tal fato pode ser constatado no atendimento social dado aos indivíduos, os quais eram encaminhados para o asilamento ou internação. A pobreza era tratada como doença. Conforme Sposati et al. (2007, p.42):

(...) os pobres eram considerados como grupos especiais, párias da sociedade, frágeis ou doentes. A assistência se mesclava com as necessidades de saúde, caracterizando o que se poderia chamar de binômio de ajuda médico-social. Isto irá se refletir na própria constituição dos organismos prestadores de serviços assistenciais, que manifestarão as duas faces: a assistência à saúde e a assistência social. O resgate da história dos órgãos estatais de promoção, bem-estar, assistência social, traz, via de regra, esta trajetória inicial unificada.

¹ Conforme sinalizado por Behring & Boschetti, 2006, a crise de 1929/1932 marcou uma mudança substantiva no desenvolvimento das políticas sociais, uma vez que consolidou a convicção sobre a necessidade de regulação estatal para seu enfrentamento. Este momento é reconhecido como de ampliação de instituições e práticas estatais intervencionistas (p. 91). No Brasil, a principal repercussão da crise foi uma mudança da correlação de forças nas classes dominantes, além da precipitação do que se ocasionou chamar de “Revolução” de 30, acontecimento este que trouxe consequências significativas para os trabalhadores (p. 104).

Os anos de 1930 e 1942 podem ser caracterizados como os anos de introdução da política social no Brasil. Conforme sinalizam Behring e Boschetti (2006, p.105) o Movimento de 1930, que resultou a assunção de Getúlio Vargas no governo, embora não tenha sido a Revolução Burguesa no Brasil, foi sem dúvida “um momento de inflexão no longo processo de constituição de relações sociais tipicamente capitalistas no Brasil”. Foi no governo de Vargas que se iniciou um processo de regulamentação das relações de trabalho no país, cujo objetivo principal era camuflar a luta de classes com o falso discurso de colaboração de classes, indicando uma estratégia legalista em que se tentava interferir autoritariamente, via legislação, a fim de se evitar conflitos sociais.

Nesse período, boa parte dos benefícios sociais – saúde, previdência, etc. – giravam em torno do trabalho (emprego). Sposati (2007, p.12) afirma que “no pensamento idealizado liberal permanecia a ideia moral pela qual atribuir benefícios ao trabalhador formal era um modo de disciplinar e incentivar a trabalhar o trabalhador informal, tido como algo imoral”. Dessa forma, como a maior parte da população não possuía vínculo empregatício, o acesso aos benefícios sociais era destinado a poucos. Aos desempregados, cabia a caridade da igreja e instituições filantrópicas, instituições essas que em sua maioria era regida pela própria igreja.

Foi no governo de Vargas que houve o primeiro marco regulatório da Assistência², com a criação da CNSS (Conselho Nacional de Serviço Social), criado em 1938. Segundo Mestriner (2001), o conselho foi criado como um dos órgãos de cooperação do Ministério da Educação e Saúde, sendo formado por sujeitos das entidades filantrópicas que substituíam o governante na decisão quanto às quais organizações auxiliarem e tinha como funções primordiais a elaboração de inquéritos sociais, a análise das adequações de entidades sociais e de seus pedidos de subvenções e isenções, além de dizer sobre a demanda dos mais desfavorecidos. Com essa postura, demonstrava-se o caráter benemerente do governante, pois o conselho não chegou a ser tipicamente estatal, visto que lhe foi atribuído certa autonomia. É então nesse momento que se selam as relações entre o Estado e segmentos da elite, que passam a avaliar o mérito do Estado em conceder auxílios financeiros a organizações da sociedade civil destinadas ao amparo social. Nesse momento, a ótica sobre o amparo social é visto como uma concepção de assistência social,

² As funções do Serviço Social serão definidas nesse Decreto-lei como: “(...) utilização das obras mantidas quer pelos poderes públicos, quer pelas entidades privadas, para o fim de diminuir ou suprir as deficiências ou sofrimentos causados pela pobreza e pela miséria ou oriundas de qualquer outra forma de desajustamento social e de reconduzir tanto o indivíduo como a família, na medida do possível, a um nível satisfatório de existência no meio em que habitam” (Iamamoto & Carvalho, 2007, p. 249).

porém nota-se que não passou de benemerência. Conquanto, o CNSS foi a primeira forma de presença da assistência social na burocracia do Estado brasileiro, ainda que desempenhasse função subsidiária por se submeter as organizações que prestavam amparo social.

Fato é que o CNSS sequer chegou a ser um organismo atuante e relevante, caracterizando-se principalmente pela manipulação de verbas e subvenções, através de mecanismos de clientelismo político. Anos depois, as ações referentes à Assistência Social foram destinadas à Legião Brasileira de Assistência Social (LBA). Originária em 1942, tendo como coordenação a primeira dama Darcy Vargas, a LBA será a primeira grande instituição nacional de Assistência Social.

A LBA foi registrada no Ministério da Justiça e Negócios interiores como entidade civil de finalidades não econômicas e foi instalada em nível federal, tendo como objetivos básicos:

1. Executar seu programa, pela fórmula do trabalho em colaboração com o poder público e a iniciativa privada;
2. Congregar os brasileiros de boa vontade, coordenando-lhes a ação no empenho de se promover, por todas as formas, serviços de assistência social;
3. Prestar, dentro do esforço nacional pela vitória, decidido concurso ao governo;
4. Trabalhar em favor do progresso do serviço social no Brasil. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2007, p. 250)

Inicialmente voltada a reunir as organizações assistenciais de boa vontade e nucleada por todo o país para atendimento às famílias, a instituição passará, após 1946, a se dedicar à maternidade e à infância, implantando postos de serviços de acordo com interesses, apoios e conveniências, buscando a legitimação do Estado junto aos pobres (FALEIROS, 2000).

A LBA representou “a simbiose entre a iniciativa privada e a pública, a presença da classe dominante enquanto poder civil e também a relação benefício/ caridade x beneficiário/ conformando a relação entre Estado e classes subalternas”. (SPOZATI, 2003, P.45)

Mesmo com o passar dos anos e as sucessivas mudanças políticas do país, a situação da assistência social continuará residual voltada para práticas clientelistas, assistemáticas, com caráter focalizado e traços conservadores, essas ações continuam sendo operadas por instituições de forma desarticulada, com programas sociais estruturados na lógica da concessão de caridade e boa vontade de quem a prática, contrapondo-se a noção de direito (COUTO, 2006).

É notório que nas constituições anteriores a de 1988 (1891, 1934, 1937, 1946 e 1967) era dispensado o devido tratamento à assistência social. As ações relacionadas à assistência eram realizadas de forma assistencialista e seletiva, direcionadas aos indigentes, inválidos, filhos de

“pais miseráveis” (todos inaptos ao trabalho) ou, simplesmente, visando à reinserção no mercado de trabalho formal de forma compulsória (aos aptos para o trabalho). A obrigatoriedade de vender sua própria força de trabalho permanecia como a base para o acesso à maioria dos direitos sociais. Nota-se, também, que eram destinadas à assistência as ações residuais ligadas à saúde ou à previdência social. Dessa forma, era considerada uma espécie de “faz tudo” ou “o resto” no que se referia às políticas sociais.

Nesse sentido, o padrão brasileiro de políticas sociais, resumidamente, baseou-se na “cidadania regulada”,³ ou seja, tinham acesso a proteção social somente aqueles que possuíam carteira de trabalho, com a profissão e sindicato reconhecidos pelo Estado. Os que não possuíam carteira de trabalho e/ou questionassem a ordem vigente eram tratados com violência e repressão por parte do Estado. Esse padrão de política social, submetido a política econômica atravessou o governo e a ditadura de Getúlio Vargas (1930-1945), o período populista (1946-1963), a ditadura militar (1964-1984) e só se alterou com a Constituição Federal de 1988.

Nota-se que a proteção social caminhou a passos curtos no decorrer desses anos e se desenvolveu de forma fracionada e não universalizada. Foi somente nos anos de 1980 por meio de intensos debates e pressões dos movimentos sociais que houve a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, começou a se consolidar a prerrogativa da inclusão da assistência social como política integrante da seguridade social – uma espécie de sistema de proteção social em favor dos desamparados – ao lado da previdência social e da saúde. Múltiplas articulações e debates foram realizados em volta da Assembleia Nacional constituinte. O Serviço Social fornece sua contribuição e coloca sua força em campo para fortalecer o nascimento dessa política no campo democrático dos direitos sociais (SPOSATI, 2007).

O momento constituinte acelera as articulações e por meio de muita pressão dos movimentos sociais e de parte da sociedade civil, em outubro de 1988 é promulgada a Constituição Federal Brasileira, que tem como marco histórico a regulamentação da Assistência como direito social a quem dela necessitar, o que conseqüentemente gerara muitos desdobramentos.

2.2 A Assistência como direito social (marcos regulatórios).

³ Santos, W. G. Cidadania e Justiça. 2ª edição – Rio de Janeiro: Campus, 1987.

Um dos campos de atuação do profissional de Serviço Social é na Política de Assistência Social (PNAS), a qual será o foco do presente trabalho. A assistência social em vigor no Brasil tem como base a Constituição Federal de 1988 e encontra-se no artigo 194 da mesma, onde se encontra prevista a Seguridade Social. Vale ressaltar que estamos há 28 anos de inclusão da Assistência social na seguridade social. A mesma compreende um conjunto de ações e iniciativas dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, formando assim o tripé da seguridade social.

Ainda respaldada no princípio constitucional, a Assistência Social encontra nos artigos 203 e 204 da Constituição Federal (CF) as diretrizes para o seu funcionamento, onde se encontra enfatizado a responsabilidade do Estado para com essa política. Através desses artigos o direito à Assistência Social rompe, na teoria, com a prática do favor e do clientelismo, sendo que ambas as posturas possuem marcas profundas ao longo da história da Assistência Social no país.

A Seguridade Social assumiu, como sistema de proteção social brasileiro, duas vertentes: uma contributiva (contrapartida dos rendimentos do trabalho assalariado para sua garantia) e outra não contributiva (saúde para todos ou assistência social para todos os cidadãos que dela necessitem). A esta última vertente, vincula-se o direito social à assistência, seu principal objetivo é a efetivação do Estado democrático de direito, por meio da promoção dos direitos sociais, contribuindo para a redução da exclusão social ao propiciar oportunidades de emancipação àqueles que, sem tal assistência, não os alcançariam pelo fato da desigualdade social ser uma consequência indissociável do sistema capitalista.

Os anos posteriores à Constituição de 1988 foram marcados por um amplo processo de debates e lutas para que se regulamentassem os direitos prenunciados pela Constituição. Somente em 1990 é que se reiniciará o que Sposati (2007, pg.112) denomina de “contrações pré-parto para consolidar a democracia social”, com a aprovação pelo novo Congresso eleito de várias leis regulamentadoras, dentre as quais a Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde) e Lei 8.142/1990 (Sistema Único de Saúde). A assistência social será assim a última área da seguridade social a ser regulamentada.

Foi somente em sete de dezembro de 1993 que ocorreu a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – (Anexo I), que vem regulamentar o disposto nos artigos 203 e 204 da CF. Em 42 artigos, a referida lei instituiu definitivamente a Assistência Social como um

direito social não contributivo, estabelecendo seus princípios e diretrizes, bem como a proteção social a ser garantida por meio de serviços, benefícios, programas e projetos. Posteriormente, houve marcos regulatórios importantes que detalharam e embasaram ainda mais como deve ocorrer a Política de Assistência Social: a Política Nacional de Assistência Social (2004) e as Normas Operacionais Básicas (editadas nos anos de 1991 a 1996). Durante este período, observa-se que, embora a Constituição Federal de 1988 tenha estabelecido a Assistência Social como política pública não contributiva, resistia a concepção que a tratava como área de transição de atenções, operando sob a ótica da negação do direito, que em um viés conservador e neoliberal o Estado atuava a partir do princípio da subsidiariedade. Com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS de 2004 e Norma Operacional Básica – NOB/2005, instituiu-se o Sistema Único da Assistência Social — SUAS. Assim, a política alcança avanços expressivos que marcaram a sua implementação.

A Assistência Social tem sido implementada por meio da Política Nacional de Assistência- PNAS (2004) e do Sistema Único de Assistência Social-SUAS (2005). O SUAS concretiza o conteúdo da LOAS, cumprindo como um marco histórico dessa política as exigências solicitadas para a realização dos objetivos e resultados que se almeja no que diz respeito à consagração de direitos referentes à cidadania e à inclusão social. A partir da definição e organização dos elementos essenciais e indispensáveis para a execução da PNAS, o SUAS normatiza os padrões de serviço, de qualidade e atendimento e também define as nomenclaturas dos serviços, não obstante, também, define os eixos estruturantes e os segmentos a serem seguidos pela PNAS. Os segmentos definidos são:

- Matricialidade Sócio-Familiar;
- Descentralização político-administrativa e Territorialização;
- Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil;
- Financiamento;
- Controle Social;
- O desafio da participação popular/cidadão usuário;
- A Política de Recursos Humanos;
- A Informação, o Monitoramento e a Avaliação.

Com um modelo de gestão participativo e descentralizado, o SUAS pressupõe, ainda, uma gestão compartilhada, o co-financiamento da política pelas três esferas de governo e definição incisiva das competências técnico política da União, Estado, Distrito Federal (DF) e municípios.

Em consenso com os disposto na LOAS, a PNAS norteia-se pelos seguintes princípios democráticos:

I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; III - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (PNAS, 2004, p.25).

No que se refere às Diretrizes, a PNAS baseada na Constituição Federal de 1988 e na LOAS apresenta as seguintes:

I - Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais; II - Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; III - Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo; IV - Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos (PNAS, 2004, p.27).

Sob a perspectiva de se realizar de forma integrada as políticas setoriais e considerando as desigualdades socioterritoriais, a PNAS parte do pressuposto de garantia dos mínimos sociais e do provimento de condições para atender as imprevisibilidades sociais decorrentes dos desdobramentos da Questão Social, o que culmina com a universalização dos direitos sociais. Dessa forma, tem por objetivo:

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem; Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural; Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (PNAS, 2004 p.27).

A PNAS é dividida sobre duas óticas de atuação: a proteção social básica e a proteção social especial. A Proteção Social Básica tem como propósito prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades individuais dos sujeitos, juntamente com o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. A mesma tem como público alvo a população em situação de vulnerabilidade social – consequência dos desdobramentos da Questão Social – e/ou fragilização de vínculos afetivos (relacionais e de pertencimento social); também abrange sujeitos em situação de privação de renda, com acesso parcial ou nulo aos serviços públicos.

A Proteção em questão, também prediz o desenvolvimento de programas e projetos locais de acolhimento, socialização e convivência de família e indivíduos, de acordo com cada caso apresentado. Os projetos e programas devem ser articulados dentro do SUAS e são executados pelas três instancias de governo. Infere-se que o Programa de Atenção Integral à família (PAIF) é o principal programa referente à política e sinalizou efeitos concretos na vida da população que usufrui e/ou usufruiu. É necessário que os programas, serviços, projetos e benefícios sociais ofertados pela proteção social básica, se articulem com as políticas públicas locais existentes, a fim de promover um protagonismo das famílias e indivíduos atendidos. Deverão também, quando necessário, se articularem aos serviços de proteção social especial (PNAS, 2004).

Os serviços prestados pela proteção social básica serão executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e em outras unidades básicas e públicas de assistência social, bem como de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS (PNAS, 2004).

Por outro lado, a Proteção Social especial de média e alta complexidade, pode ser entendida, respectivamente, como: Os serviços de média complexidade são destinados a atendimentos de famílias e indivíduos com direitos violados, mas que ainda possuem vínculo familiar e noção de pertencimento a mesma. Por haver a violação de algum direito, esse tipo de atendimento requer uma maior estruturação da equipe de atendimento e um acompanhamento sistemático e monitorado que se traduz em: Serviço de orientação e apoio sócio-familiar, plantão social, abordagem de rua, cuidado no domicílio, entre outros. Esse tipo de atendimento especializado é realizado no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CRAS) e difere-se da proteção básica por referir a um atendimento dirigido as situações onde houve violação de direitos. Os serviços destinados à Proteção Social Especial de alta complexidade são

os que garantem proteção integral ao sujeito e/ou a família e tem como base de atendimento a também violação de direitos, mas nesse caso houve um rompimento total de vínculos familiares e/ou sociais (PNAS, 2004).

É importante ressaltar a importância de existir essa divisão dentro do próprio serviço de atendimento, uma vez que são demandas diferentes quando existe um rompimento de vínculo familiar ou social. Contudo, torna-se contraditório o fato de violações de direitos serem tão interligadas ao fator familiar, dado que é comum que existam violações de direitos individuais e coletivos ainda que a família permaneça com seu vínculo “estabelecido”. Isto é, muitas vezes os indivíduos e/ou a família que está sendo acompanhada pelo CRAS já possuem histórico de violação de direitos pelas mais variadas situações.

A concepção da assistência social como política pública tem como principais pressupostos a territorialização, a descentralização e a intersetorialidade, e é baseado nesses segmentos que se pautam a implementação da PNAS. Através do reconhecimento do grande número populacional e da imensa heterogeneidade e desigualdade socioterritorial presentes nos municípios brasileiros, é necessário que haja uma apreensão da realidade cultural e demográfica de cada município por parte da instituição e seus profissionais a fim de reconhecer que cada município tem suas particularidades e limites. Isso significa dizer que, uma determinada ação que venha a funcionar em uma cidade pode não ser tão eficaz em outra. É a partir desse entendimento que é designado a cada esfera do governo, em seu âmbito de atuação, respeitando diretrizes e princípios estabelecidos na PNAS, coordenar, formular e co-financiar a Política, além de monitorar, avaliar, capacitar e sistematizar as informações (PNAS, 2004).

Nesse contexto, Dirce Koga (2003, p.25) afirma que:

Os direcionamentos das políticas públicas estão intrinsecamente vinculados à própria qualidade de vida dos cidadãos. É no embate relacional da política pública entre governo e sociedade que se dará a ratificação ou o combate ao processo de exclusão social em curso. Pensar na política pública a partir do território exige também um exercício de revista à história, ao cotidiano, ao universo cultural da população que vive neste território (...). A perspectiva de totalidade, de integração entre os setores para uma efetiva ação pública [...] vontade política de fazer valer a diversidade e a inter-relação das políticas locais.

No que se refere ao financiamento, o financiamento da seguridade social e, conseqüentemente, da PNAS está previsto no artigo 195 da CF, sendo definido assim que as

fontes de custeio das políticas que compõem o tripé devem ser financiadas por toda a sociedade, através de orçamento próprio e mediante recursos oriundos dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos municípios e das contribuições sociais, sendo assim, é o financiamento da Assistência Social que dá base para o financiamento da PNAS (PNAS, 2004),

De acordo com o pressuposto de descentralização contido na política e com base no cofinanciamento, a política deve contar com a previsão de recursos das três esferas de governo, também pelo fato da co-responsabilidade que perpassa a provisão da proteção social brasileira. Os diagnósticos sócioterritoriais apontados pelo Sistema Nacional de informações de Assistência Social tornam-se a base para o financiamento da política, onde se consideram as demandas e prioridades que são apresentadas de forma específicas e de acordo com a capacidade de gestão, atendimento e de arrecadação de cada município; as diversidades de cada região e território, bem como os diferentes níveis de complexidade dos serviços também são avaliados por meio de deliberações e pactuações estabelecidas com os ente federativos e os respectivos conselhos.

No Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, que toma corpo através da proposta de um Sistema Único, a instância de financiamento é representada pelos Fundos de Assistência Social nas três esferas de governo. No âmbito federal, o Fundo Nacional, criado pela LOAS e regulamentado pelo Decreto nº 1605/95, tem o seguinte objetivo: “proporcionar recursos e meios para financiar o benefício de prestação continuada e apoiar serviços, programas e projetos de assistência social” (art. 1º, do Decreto nº 1605/95) (PNAS, 2004. P.42)

Tendo como base a definição acima citada, o financiamento dos benefícios se dá de forma direta aos seus destinatários, e o financiamento da rede socioassistencial ocorre por meio de aporte próprio e repasse de recursos fundo a fundo, como também existem os repasses de recursos para projetos e programas que são considerados importantes e relevantes para o desenvolvimento da PNAS em cada esfera de governo (PNAS,2004).

Com base nessa definição, o financiamento dos benefícios se dá de forma direta aos seus destinatários, e o financiamento da rede socioassistencial se dá mediante aporte próprio e repasse de recursos fundo a fundo, bem como de repasses de recursos para projetos e programas que venham a ser considerados relevantes para o desenvolvimento da política de assistência social em cada esfera de governo, de acordo com os critérios de partilha e elegibilidade de municípios, regiões e, ou, estados e o Distrito Federal, pactuados nas comissões intergestoras e deliberados nos conselhos de assistência social.

Conquanto, ainda que o financiamento seja bem definido, tradicionalmente, o mesmo tem sido marcado por práticas genéricas, segmentadas e centralizadas, que se reflete numa perpetuação de comportamento historicamente engessado. Esse cenário se caracteriza pelo padrão de atendimentos pontuais, em que muitas vezes, não correspondem a necessidades estaduais, regionais e municipais. Tal perfil de atendimento não potencializa a capacidade criativa destas esferas e não permite que sejam propostas ações complementares para a aplicação dos recursos públicos repassados (PNAS, 2004).

No que compete à participação popular, a mesma foi efetivada na LOAS (artigo 5º, inciso II). A participação popular no processo de gestão político-administrativa-financeira e técnico operativa, com caráter democrático e descentralizado tem sua concepção advinda da CF (1988).

Nesse sentido, a sociedade exerce o controle do Estado no que diz respeito à garantia dos direitos fundamentais. Especificamente no SUAS, os espaços onde se efetiva essa participação são em conselhos e conferências, principalmente, mas também existem outras instâncias que agregam esse processo. As conferências têm o papel de avaliar a situação da assistência social, definir diretrizes para a política, verificar os avanços ocorridos num espaço de tempo determinado (artigo 18, inciso VI, da LOAS).

De acordo com o artigo 17 da LOAS, os conselhos têm como principais atribuições:

Deliberação e a fiscalização da execução da política e de seu financiamento, em consonância com as diretrizes propostas pela conferência; a aprovação do plano; a apreciação e aprovação da proposta orçamentária para a área e do plano de aplicação do fundo, com a definição dos critérios de partilha dos recursos, exercidas em cada instância em que estão estabelecidos. Os conselhos, ainda, normatizam, disciplinam, acompanham, avaliam e fiscalizam os serviços de assistência social, prestados pela rede socioassistencial, definindo os padrões de qualidade de atendimento, e estabelecendo os critérios para o repasse de recursos financeiros.

Os conselhos paritários, no campo da assistência social, têm como representação da sociedade civil, os usuários ou organizações de usuários, entidades e organizações de assistência social (instituições de defesa de direitos e prestadoras de serviços), trabalhadores do setor (artigo 17 - II).

Em relação à análise da participação dos usuários nos conselhos de Assistência Social, é necessário inferir alguns pontos importantes, um deles é dá Assistência Social ser elevada a

política pública tardiamente, só na CF (1988). A condição que era dada à política como algo passível de favor e benemerência reproduz um estigma de usuários que são vistos pelas entidades e organizações como pessoas dependentes, frágeis e vitimizadas. A consequência disso é uma baixa atuação propositiva na sociedade por parte dos usuários, o que se torna tolamente compreensível visto que muitas vezes esses usuários são sujeitos que nem se reconhecem como sujeitos de direitos, tornando-se incoerente esperar que esse público por si só se torne atuante nos conselhos.

Dessa forma, infere-se que há a necessidade de um amplo processo de formação, capacitação, investimentos físicos, financeiros, operacionais e políticos, que tenham como objetivo o envolvimento desse público na PNAS.

Buscando um aprimoramento da PNAS a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP) foi Aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, por meio da Resolução nº 04, de 13 de março de 2013, O documento estabelece os princípios e diretrizes para a instituição da perspectiva político-pedagógica, fundada na Educação Permanente do SUAS. Os percursos formativos e as ações de formação e capacitação, compreendidas no âmbito desta Política, destinam-se aos trabalhadores do SUAS com Ensino Fundamental, Médio e Superior que atuam na rede socioassistencial governamental e não governamental, assim como aos gestores e agentes de controle social no exercício de suas competências e responsabilidades. A legitimação desta perspectiva político-pedagógica ao SUAS está estabelecida na NOB/RH/SUAS (2006) e pode ser apreendida como um processo de atualização e renovação contínua das práticas e atitudes profissionais das equipes de trabalho, desde a afirmação de valores e princípios e do diálogo com novos suportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis na área (ALBUQUERQUE, 2016).

A Educação Permanente tem como objetivo que os trabalhadores e as equipes profissionais do SUAS estejam em um estado permanente de questionamento e reflexão da adequação dos seus processos de trabalho e práticas profissionais, isso torna-se imprescindível visto o cenário precarizado em que se encontram as políticas públicas e especificamente o SUAS enquanto sistema. No que tange os usuários, é importante que esses profissionais reconheçam esses sujeitos enquanto sujeitos de direitos que possuem capacidade de agir frente a sua realidade, essa ótica pressupõe que o profissional saiba desenvolver as potencialidades dos seus usuários.

No que diz respeito a competência profissional, os conhecimentos, habilidades e atitudes constituem, assim, o tripé das capacidades do profissional, que sendo mobilizado por este, conformam sua competência profissional; Sob essa visão, a Política em questão trata da importância da concessão de oportunidades de formação e capacitação que permitem tanto o entendimento dos conhecimentos que são necessários para uma atuação ética e qualificada, quanto a construção de conhecimentos novos, que possam permitir a melhoria contínua da qualidade desse trabalho desempenhado.

O planejamento e a oferta de ações de formação e capacitação referentes a perspectiva da Educação Permanente no SUAS condiz com um modelo democrático e participativo, onde ganha relevância na realização de diagnósticos de competências e necessidades de qualificação e no planejamento das ações de formação e contribuição de trabalhadores, conselheiros e usuários do sistema, e das instituições de Ensino designadas na implementação desta política. Assim sendo, os núcleos de Educação Permanente do SUAS devem ser organizados, de acordo com as capacidades da União, dos Estados e do Distrito Federal, na forma de instâncias colegiadas (ALBUQUERQUE, 20016).

Em suma, essa ação educativa, orientada nesse sentido e perspectiva, exige de todos os envolvidos na política uma postura crítica, investigativa e propositiva acerca das experiências vividas no cotidiano do trabalho social.

A formulação da Política em um contexto que evidencia a necessidade de responder às demandas de fortalecimento de uma ampla rede de proteção social no Brasil, aponta a formação e o desenvolvimento dos atores da assistência social como uma das questões de fundamental importância para a qualidade dos serviços ofertados à sociedade. (MDS, 2013)

Nesse sentido, fica notório a relevância da PNEP no que diz respeito a capacitação dos trabalhadores da PNAS, especificamente os trabalhadores do SUAS, uma vez que esses profissionais capacitados possuem uma chance maior de realizarem um trabalho que seja condizente com os princípios da política.

2.3 O equipamento em análise no presente trabalho (CRAS)

Na Política Nacional de Assistência Social (2004) e nas Normas operacionais básicas (2005), a proteção social básica está relacionada a ações preventivas, que trabalhem a

convivência e o fortalecimento de vínculos. O SUAS (2005) indica a realização dessas ações sócio-assistências no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).

O Centro de Referência de Assistência Social é o equipamento que será utilizado como instrumento de análise da atuação profissional do assistente social no presente trabalho. O mesmo é considerado a porta de entrada para as principais atividades desenvolvidas pela Assistência Social, desempenhando papel central no território onde está inserido e tendo grande importância no que se refere à aproximação com a população e ao reconhecimento das desigualdades sociais. O CRAS tem como funções principais: Ofertar o Serviço PAIF (Programa de Atenção Integral à Família) e outros serviços para as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social. O PAIF conforme preconiza o artigo 24 da LOAS integra a proteção social básica e consiste na oferta de ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada no CRAS, através do trabalho social com famílias e/ou indivíduos em situação de vulnerabilidade social, tendo como objetivo principal a prevenção do rompimento de vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantido assim o direito à convivência familiar e comunitária; também é papel desenvolvido pelo CRAS prevenir situações de riscos em seu território de abrangência local (território delimitado de acordo com o local da residência das famílias que são atendidas por tal instituição), a partir do fortalecimento de vínculos familiares e fortalecer a rede Proteção Social básica (MDS, 2006).

A Norma Operacional Básica (NOB, 2012) é a consagração dos eixos estruturantes do pacto que visa à implementação e consolidação do Sistema Único de Assistência Social no Brasil. De acordo com a NOB/SUAS 2012, a capacidade de referencial de um CRAS está relacionada ao número de famílias do território, a estrutura física da unidade e a quantidade de profissionais que atuam na unidade. Por ser uma unidade pública de ofertas de serviços, O CRAS deve ter espaços que assegurem a oferta de ações, procedimentos e atividades previstas pelo serviço e devem prioritariamente serem implantados em locais com maiores índices de risco

Esses ambientes devem contar com uma equipe multiprofissional e espaços amplos a fim de oferecer sigilo de confidencialidade das informações, tendo como espaços mínimos exigidos por unidade: recepção, sala de atendimento individual, sala de uso coletivo, sala administrativa, copa e banheiros, conforme preconiza as Resoluções da PNAS contidas nos documentos do MDS. (MDS, 2006).

Um marco regulatório importante de ação desempenhada pelo CRAS é a concessão de benefícios eventuais preconizado pela LOAS no artigo 22, que são entendidos como benefícios eventuais a concessão suplementar e provisória que integram de forma orgânica as garantias do SUAS e são destinadas a cidadãos e/ou famílias em situações de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública.

Infere-se a importância de haver uma instituição pública como o CRAS como porta de entrada das ações referentes a Assistência Social, a mesma pode e deve ser considerada como um avanço institucional e social, no entanto ainda existem limites e dificuldades no que compete a consolidação da PNAS, parte dessa limitação tornou-se tema do presente trabalho a fim de compreender em que medida a precarização do trabalho interfere na atuação profissional do assistente social no CRAS.

2.4 Desdobramentos da precarização do trabalho na atualidade.

Para uma melhor compreensão do debate que vem a seguir no Capítulo 3, torna-se necessário trazer breves exemplos da precarização do trabalho que estão ocorrendo na Política Brasileira.

Nesse sentido, podemos inferir que:

A crise que recai sobre o mundo do trabalho neste início de século XXI deve ser entendida no contexto de um processo de reestruturação do capitalismo contemporâneo, expressada na globalização econômica e financeira, na implementação de políticas neoliberais e no advento da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, com conseqüências sobre a organização do trabalho na produção e no redimensionamento do processo produtivo. A inserção do Brasil nesse conjunto de transformações reestruturantes é passiva e subordinada aos interesses dos organismos internacionais e dos países desenvolvidos, tendo como conseqüência a desestruturação do mercado de trabalho nacional, com a elevação das taxas de desemprego, a informalidade do mundo do trabalho e a deterioração/precarização das condições e relações de trabalho. (MELO, 2008, pg.01)

O debate atual que está em questão sobre a deteriorização de direitos diz respeito ao Projeto de Emenda constitucional (PEC) 241/55 que está em processo de votação, dia 29 de novembro de 2016 foi aprovada no Senado pelos parlamentares e até o momento do desenvolvimento do presente trabalho a PEC deverá ser analisada em segundo turno dia 13 de dezembro de 2016.

A PEC em questão determina que durante 20 anos haja a proibição de qualquer aumento real nos investimentos estatais em direitos sociais, políticas públicas e seguridade social. Ela cria um “novo regime fiscal” para o país, onde se altera tecnicamente os critérios pelos quais os gastos sociais são norteados. O que ocorre atualmente no Brasil em relação aos gastos públicos nas áreas sociais como a saúde e a educação, é que as mesmas são regidas por emendas constitucionais que determinam a destinação de recursos, estabelecendo assim alguns gastos mínimos que podem crescer conforme a arrecadação. Com a atual PEC, não existirá um mínimo de gastos sociais e sim um teto para os gastos, um limite máximo onde o descumprimento desencadeará ainda mais restrições orçamentárias para custeio de serviços públicos (BRASIL, 2016).

De forma escancarada e irônica, a PEC não prevê nenhum tipo de limite para o maior gasto público atualmente vigente no Brasil: o pagamento da dívida externa e interna, que atualmente é responsável por quase metade do orçamento federal. Nesse sentido, a justificativa da PEC tendo como prioridade o pagamento da dívida é devidamente ressaltada em vários textos da proposta, deixando claro que o objetivo principal não é exatamente o equilíbrio fiscal- o qual poderia ser alcançado por outros meios, como a reforma tributária- mas sim, o bolso dos empresários brasileiros e estrangeiros que aplicam nos títulos da dívida. Entende-se também que a exceção feita no §6 do artigo 102 da PEC, excluindo do congelamento as “despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes”: tal como na preparação para as grandes privatizações dos anos 1990, o Estado aumenta o capital público a ser entregue nas mãos privadas (BIONDI, 1999). A segunda principal forma de repasse de dinheiro público para a esfera privada – investimento estatal seguido de privatização – segue inalterado.

Nesse cenário, a Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), elaborou um documento chamado “Austeridade e Retrocesso” onde os economistas consideram a PEC ineficaz para a retomada do crescimento porque vai reduzir os investimentos estatais e a renda do trabalho em um momento de crise. A proposta que está na PEC não ajusta a questão fiscal do Brasil, não traz o crescimento econômico e, na verdade, traz outro tipo de projeto de país que não é o que está colocada na constituição de 1988 (ROSSI, 2016).

Salientando que a principal justificativa para a elaboração da PEC é a crise em que o país se encontra, vale relembrar que (MARX, 1867) assinala em sua obra que as crises do capitalismo são inerentes ao sistema. Marx (1867) aborda assim, não apenas as condições de possibilidade das crises, mas o seu carácter recorrente e cíclico no sistema capitalista vigente:

A conversão contínua e renovada de uma parte da classe operária em outro tanto de braços semi-ocupados, ou totalmente desocupados, imprime assim ao movimento da indústria moderna a sua forma típica. Da mesma forma que os corpos celestes, uma vez lançados na sua órbita, a descrevem durante um tempo significativo, a produção social, uma vez lançada no movimento alternado de expansão e de contracção, repete-o por uma necessidade mecânica. Os efeitos tornam-se, por sua vez, causas, e peripécias irregulares e aparentemente acidentais, assumem cada vez mais a forma de uma periodicidade normal. É apenas do século XIX, desta época em que o mercado se mundializa, em que as nações industrializadas se tornam numerosas, que datam os ciclos renascentes cujas vagas sucessivas abarcam anos, e que levam sempre a uma crise geral, ao fim de um ciclo e ponto de partida de um outro. (MARX, 1867, p.20)

Desta maneira o conceito de crise associa-se ao dos ciclos econômicos que caracteriza a economia capitalista. E vale ressaltar, que em todos os países onde foram aplicadas as chamadas “políticas de austeridade” resultou-se um aprofundamento do desemprego e desespero social. Se isso ocorreu em países que possuem um patamar de proteção social significativamente melhor, não é difícil prever o que irá ocorrer em um país que não experimenta de sistemas públicos de saúde e de educação de qualidade. A PEC 241 torna-se um reflexo concreto da precarização do trabalho e os seus desdobramentos irão recair apenas na vida dos trabalhadores brasileiros que terão um sistema de educação e de saúde ainda mais sucateados.

Nesse debate sobre a precarização do trabalho, no ano de 2016 também foi aprovado o Projeto de Lei (PL) 4330/04, o projeto em questão permite a terceirização das atividades-fim das empresas do setor privado, ou seja, prevê a contratação de serviços terceirizados para qualquer atividade e não estabelece limites ao tipo de serviço que pode ser terceirizado. Ademais, determina a forma de contratação, tanto para empresas privadas, como para as públicas. Anteriormente, por entendimento do Tribunal Superior do Trabalho havia uma limitação da atuação da terceirização, que não podia fazer as atividades principais da empresa, apenas as funções “meio”, como por exemplo: Segurança, limpeza, ou informática (BRASIL,2016).

A terceirização pode ser entendida como o fenômeno ao qual uma empresa contrata um trabalhador a fim de prestar serviços a uma segunda empresa- que é a tomadora do serviço. Essa segunda empresa se beneficia da mão- de-obra, mas não cria vínculos empregatícios com o trabalhador, já que a empresa primeira é colocada como mediadora de ambos. Sendo assim, a prestadora de serviços emprega remunera o trabalho realizado por seus funcionários, ou subcontrata outra empresa para a realização desses serviços (FERNANDES, 2016).

Na prática a terceirização significa uma desresponsabilização do Estado em relação aos trabalhadores e um vínculo empregatício frágil que pode ser rompido a qualquer momento por

parte do patrão. Nesse sentido pode-se inferir que de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos:

A maior parte das mortes e dos acidentes de trabalho também ocorrem entre os trabalhadores terceirizados. De um total de 135 mortes ocorridas em 2013 na construção de prédios, 75 eram terceirizados e, no setor elétrico 61 terceirizados perderam a vida para um total de 79 que morreram. Na Petrobras, de 1995 até 2013, mais de 300 vidas foram ceifadas por acidentes de trabalho e 80% das vítimas (249) eram trabalhadores terceirizados (DIESSE,2013).

Ao aprovar esse Projeto de Lei, o Estado deixa evidente o quanto são opostos os interesses da classe trabalhadora e os interesses da classe capitalista. A aprovação dessa lei completa o desmonte dos direitos trabalhistas iniciado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso na década de 90. Tendo a rotatividade e os baixos salários como as maiores características da privatização, (BRAGA, 2016) afirma que a rotatividade ocorre porque as empresas dão preferências para a contratação de jovens e quando a rotina e/ou idade derruba a produtividade, esses funcionários são demitidos e outros são contratados. A incidência dessas práticas pressiona a massa salarial, visto que a cada demissão, outra pessoa é contratada por um salário menor. O Projeto de lei em questão prevê o que se chama de “flexibilização global”.

Todos esses reflexos da precarização do trabalho que estão sendo vistos atualmente se dá a uma desresponsabilização do Estado no que diz respeito à classe trabalhadora e os seus direitos trabalhistas e/ou sociais. Segundo (PASTORINE, 2002 p.21) as medidas neoliberais, em especial sua proposta, apontam “como solução o desmonte do Welfare State, promovendo o Estado mínimo. Isto implica uma redução dos direitos sociais, das políticas sociais e, se for necessário, dos direitos políticos, tudo em nome dos direitos civis (principalmente o direito à propriedade privada)”. O ideário neoliberal como discurso que os gastos com o social são um ônus para os cofres públicos, negando uma ação mais efetiva do Estado com as políticas sociais. Assim sendo, o neoliberalismo representou um retrocesso nos direitos sociais, já que este projeto tem como proposta o enxugamento do Estado na execução das políticas públicas. Estas, por sua vez, passam a ser orientadas e subordinadas aos interesses do grande capital que transfere a responsabilidade de executá-las para a sociedade civil e o terceiro setor. Desresponsabilizando assim, o Estado na condução das políticas sociais que melhorem a vida do trabalhador e anulando o caráter de direito das mesmas (PASTORINI; SOARES, 2002).

Infere-se que nos dois exemplos citados da precarização do trabalho na atualidade (PEC 241/55 E PL 4330), existem reflexos concretos de como o capital que já possui em sua natureza

um trabalho que é forçado e alienado (MARX, 1867), consegue demonstrar ainda mais a sua perversão quando enxuga de forma incessante os direitos os direitos trabalhistas e os gastos sociais no que diz respeito à Educação e a Saúde.

3- ANÁLISE DE DADOS DAS ENTREVISTAS SOB A ÓTICA DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL.

3.1 A atuação profissional do Assistente Social na PNAS

O Serviço Social como profissão, surge no período em que o capitalismo está se consolidando como sistema econômico na sociedade, momento esse onde o capitalismo se depara com a “questão social” e os seus desdobramentos na sociedade, como respostas a esses desdobramentos o Estado utiliza-se de ações reguladoras a fim de conter as manifestações que passavam a ocorrer por parte da classe trabalhadora. É nesse cenário que o assistente social se torna executor dessas ações reguladoras. De acordo com Netto (1996), o serviço social é indissociável da ordem monopólica, pois este o cria e o profissionaliza. No Brasil, esse processo toma forma a partir dos anos de 1930, quando o serviço social se torna uma forma de enfrentar a questão social, sendo mobilizado pelo estado, os capitalistas e com o apoio da igreja católica. Assim:

A questão social em suas variadas expressões, em especial, quando se manifesta nas condições objetivas de vida dos segmentos mais empobrecidos da população, é, portanto, a “matéria-prima” e a justificativa da constituição do espaço do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho e na construção/atribuição da identidade da profissão (YASBEK, 2009, p.6)

O Serviço Social no Brasil está diretamente ligado ao setor público, sendo este o maior empregador da profissão. Isso ocorre devido ao controle posto pelo Estado a sociedade civil através de intervenções com caráter de regulação social. Segundo Iamamoto e Carvalho (2006, pg. 52) “Não se pode pensar em profissão no processo de reprodução das relações sociais independentes das organizações institucionais a que se vincula [...] A reprodução das relações sociais não é apenas a reprodução material, da força de trabalho e dos meios de produção, ela ultrapassa essas concepções”.

As ações dos Assistentes Sociais têm finalidades mais que materiais, segundo Iamamoto (2004) “tem efeitos na sociedade como um profissional que incide no campo dos conhecimentos, valores, comportamentos [...] Assim, o Assistente Social tem como alvo para a intervenção não somente o “superficial”, mas tudo aquilo que está subjetivo na situação ao profissional mostrada,

contudo, por este profissional estar submetido a organizações e interesses antagônicos é necessário realizar mediações tendo essa correlação de forças como cenário.

A prática do Assistente Social é “necessariamente polarizada pelos interesses de classes sociais, em relação, não podendo ser pensada fora dessa trama” (Yasbek, 1999, p.90). Sendo assim, pode-se considerar dois ângulos sobre a profissão que são indissociáveis entre si e interdependentes (Iamamoto; Carvalho, 2006): A expressão da realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais pelo discurso teórico e ideológico sobre o exercício profissional; e a atuação profissional, independente da vontade ou circunstâncias sociais objetivas que imprimem uma direção social ao exercício profissional. É válido ressaltar que esses dois ângulos são contraditórios, podendo haver discrepância entre o discurso e o fazer profissional.

Por prestar serviços ao aparelho do Estado e ter sua força de trabalho mercantilizada, o Assistente Social ao executar políticas sociais, configura-se como trabalhador assalariado. Este profissional adentra o mercado de trabalho como força de trabalho especializada por haver formação universitária e possuir o saber técnico e teórico da profissão. Ao ingressar nas instituições de trabalho, o assistente social, segundo Iamamoto (2009, p.13) faz “parte de um coletivo de trabalhadores que implementa as ações institucionais/empresariais, cujo resultado final é fruto de um trabalho combinado ou cooperativo, que assume perfis diferenciados nos vários espaços ocupacionais.”

Embora a profissão seja regulamentada como liberal, a configuração do exercício profissional do Assistente Social não é executada plenamente como tal. No entanto, isso não quer dizer que o profissional não disponha de relativa autonomia e de características de profissões liberais, tais como: intervenções a partir do seu saber profissional/técnico, regulamentações, Código de Ética que orienta suas ações, relação singular confidencial com seus usuários e demais legislações e normativas próprias da profissão.

O saber técnico da profissão de Serviço Social o capacita para aprender criticamente a realidade e lidar com tensões e forças contraditórias no contexto dos interesses sociais, coletivos e políticos, nas suas diferentes áreas de atuação profissional, a fim de garantir direitos das classes subalternas e segmentos mais empobrecidos da sociedade. Assim:

O trabalho do Assistente Social é, nesses termos, expressão de um movimento que articula conhecimentos e luta por espaços no mercado de trabalho; possuindo competências e atribuições privativas que têm reconhecimento legal nos seus estatutos

normativos e reguladores (Lei de Regulamentação profissional), cujo sujeitos que exercem, individualmente e coletivamente, se subordinam as normas de enquadramento institucional, mas também se organizam e se mobilizam no interior de um movimento dinâmico e dialético de trabalhadores que repensam a si mesmos e a sua intervenção no campo de ação profissional (RAICHELIS, 2011, p. 429).

Nessas condições o Serviço Social contribui tanto para a “manutenção da ordem” e reprodução dos interesses do capital, quanto para responder as necessidades dos trabalhadores em um sistema econômico que tem como base a desigualdade social. Conquanto não se pode eliminar essa polarização da profissão, sendo fato que as classes sociais e seus interesses só existem nessa relação contraditória, onde o movimento que permite a reprodução da sociedade de classes é o mesmo que cria possibilidades de sua transformação (YASBEK, 1999). São as condições concretas que irão ordenar a atuação profissional do Assistente Social e expor seus limites e possibilidades para a execução do projeto profissional no processo de reprodução social de seus usuários. Não obstante, somente através da problematização da “Questão Social” e da realidade socialmente colocada como demanda ao Serviço Social é que se torna possível uma intervenção consciente e proveniente de criticidade.

É importante ressaltar que o exercício profissional do Serviço Social e suas intervenções sofrem modificações de acordo com os novos ajustes que vão surgindo sobre a “Questão Social”, sendo necessária a redefinição de estratégias e procedimentos frente a estas novas demandas e exigências do mercado de trabalho. Mota (2014), afirma que o leque dos fenômenos – objetos trabalhados e pesquisados no âmbito do Serviço Social ganham amplitude, requerendo então novas problematizações e aportes de conhecimentos que se reflitam nas práticas profissionais, no ensino e no campo dos estágios curriculares.

Para dar continuidade ao presente trabalho é necessário lembrar que o foco do mesmo é a atuação do Assistente Social na PNAS, especificamente no equipamento CRAS. A PNAS ao longo dos anos vem se apresentando como um espaço de atuação importante do Assistente Social, estando esse inserido do planejamento, implementação, avaliação, gestão da política, a própria execução dos serviços ofertados pelo SUAS, nos equipamentos como o CRAS e o CREAS, dentre outros equipamentos da política.

No que tange a atuação do Assistente Social na PNAS, a cartilha do CFESS (2001) enfatiza que assim como em todos os outros campos de atuação, na Assistência Social o reconhecimento da questão social como o principal objeto de intervenção é primordial, isso significa dizer que cabe ao profissional identificar como os desdobramentos da questão social se

refletem no cotidiano daquele indivíduo e/ou família que está sendo acompanhado pelo CRAS ou que surge como demanda espontânea.

De acordo com o CFESS (2001), as competências e atribuições dos/as assistentes sociais, na política de Assistência Social, nessa perspectiva e com base na Lei de Regulamentação da Profissão, requisitam, do/a profissional, algumas competências gerais que são fundamentais à compreensão do contexto sócio-histórico em que se situa sua intervenção:

- apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade;
- análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do Capitalismo no país e as particularidades regionais;
- compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (ABEPSS, 1996).

É através dessas competências que o profissional torna-se capaz de realizar uma análise crítica da realidade, para assim poder estruturar o seu trabalho e estabelecer competências específicas necessárias para o enfrentamento das situações e demandas que se apresentam no cotidiano.

Dessa forma, existem competências específicas dos Assistentes Social no âmbito da PNAS, abrangendo diversas dimensões interventivas, complementares e indissociáveis (CFESS, 2001). Sendo elas:

1. Uma dimensão que engloba as abordagens individuais, familiares ou grupais na perspectiva de atendimento às necessidades básicas e acesso aos direitos, bens e equipamentos públicos. Essa dimensão não deve se orientar pelo atendimento psicoterapêutico a indivíduos e famílias (próprio da Psicologia), mas sim à potencialização da orientação social, com vistas à ampliação do acesso dos indivíduos e da coletividade aos direitos sociais;
2. Uma dimensão de intervenção coletiva junto a movimentos sociais, na perspectiva da socialização da informação, mobilização e organização popular, que tem como fundamento o

reconhecimento e fortalecimento da classe trabalhadora como sujeito coletivo na luta pela ampliação dos direitos e responsabilização estatal; os movimentos sociais podem ser um a importante ferramenta de continuidade de aprendizagem em relação a profissão.

3. Uma dimensão de intervenção profissional voltada para a inserção nos espaços democráticos de controle social e construção de estratégias para fomentar a participação, reivindicação e defesa dos direitos pelos/as usuários/as e trabalhadores/as nos Conselhos, Conferências e Fóruns da Assistência Social e de outras políticas públicas;

4. Uma dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços a indivíduos, famílias, grupos e coletividade, na perspectiva de fortalecimento da gestão democrática e participativa, capaz de produzir, intersetorial e interdisciplinarmente, propostas que viabilizem e potencializem a gestão em favor dos/as cidadãos/ãs;

5. Uma dimensão que se materializa na realização sistemática de estudos e pesquisas que revelem as reais condições de vida e demandas da classe trabalhadora, e possam alimentar o processo de formulação, implementação e monitoramento da política de Assistência Social;

6. Uma dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora de informações e saberes no campo dos direitos, da legislação social e das políticas públicas, dirigida aos/às diversos/as atores/atrizes e sujeitos da política: os/as gestores/as públicos/as, dirigentes de entidades prestadoras de serviços, trabalhadores/as, conselheiros/as e usuários/as. Em relação a essa dimensão a PNEP torna-se fundamental por reforçar essa dimensão pedagógica da profissão.

A materialização dessas dimensões são repletas de possibilidades e podem se desdobrar em diversas competências, estratégias e procedimentos específicos para a profissão, que de acordo com o (CFESS, 2001) são consideradas como as principais:

- 1- Elaborar, executar e avaliar os planos municipais, estaduais e nacional de Assistência Social, buscando interlocução com as diversas áreas e políticas públicas, com especial destaque para as políticas de Seguridade Social; Isso significa dizer que é necessário que a área da assistência social não seja isolada, a mesma deve dialogar com as outras políticas sociais existentes.
- 2- Formular e defender a constituição de orçamento público necessário à implementação do plano de Assistência Social e favorecer a participação dos/as usuários/as e movimentos sociais no processo de elaboração e avaliação do orçamento público; O controle social especificamente nesse assunto é de suma importância, pois uma vez que os usuários

compreendem como se dá o orçamento em relação a política de assistência, os mesmos possuem a capacidade de dialogarem e cobrarem dos seus representantes o funcionamento correto da mesma. Planejar, organizar e administrar o acompanhamento dos recursos orçamentários nos benefícios e serviços socioassistenciais nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) também é competência do profissional de serviço social.

- 3- Realizar estudos sistemáticos com a equipe dos CRAS e CREAS, na perspectiva de análise conjunta da realidade e planejamento coletivo das ações, o que supõe assegurar espaços de reunião e reflexão no âmbito das equipes multiprofissionais; O monitoramento sistemático realizado pela rede das ações desempenhadas pelo equipamento é fundamental para assegurar o princípio multidisciplinar existente na atuação da política.
- 4- Instituir espaços coletivos de socialização de informação sobre os direitos socioassistenciais e sobre o dever do Estado de garantir sua implementação a fim dos usuários compreenderem que o equipamento está implementado por ser um direito dos seus usuários.
- 5- Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre acesso e implementação da política de Assistência Social como também, realizar estudos sócioeconômicos para identificação de demandas e necessidades sociais. Nesse sentido a organização dos procedimentos e a realização de atendimentos individuais e/ou coletivos nos CRAS como também o exercício de funções de direção e/ou coordenação nos CRAS, CREAS e Secretarias de Assistência Social, também são considerados competências do profissional de serviço social.
- 6- Elaborar projetos coletivos e individuais que visam o fortalecimento do protagonismo dos usuários e acionar os sistemas de garantias de direitos, como forma de mediar o acesso aos usuários é uma das competências principais, visto que o profissional que estará atendendo e acompanhando a família e/ou indivíduo irá conhecer o cotidiano das mesmas e possuirá um saber técnico a fim de detectar quais direitos estão sendo violados.

O objetivo da realização dessas competências e atribuições é uma prática profissional com caráter universal, não subjetivista e que não caia em uma psicologização dos atendimentos

individuais e/ou das relações sociais. A intervenção profissional, nessa perspectiva imposta, pressupõe a superação de duas grandes tendências hoje encontradas no CRAS, a primeira é uma tendência de atuação onde os atendimentos emergenciais de indivíduos e/ou famílias acabam se tornando um “grande plantão de emergência”, ou um serviço de triagem que serve apenas e tão somente para o registro e controle de famílias e concessão de benefícios. A segunda tendência diz respeito a relação estabelecida entre o público e o privado, onde o poder público transforma-se em apenas repassador de recursos a organizações não governamentais, que assumem a execução direta desses serviços socioassistenciais. Esse tipo de relação pode esbarrar no risco de transformar o profissional a um mero fiscalizador das ações realizadas, esvaziando assim toda a potencialidade existente no profissional de Serviço Social e descaracterizando a objetivo inicial do equipamento em questão (CFESS, 2001).

O Assistente Social amparado pelo Código de Ética da sua profissão (1993) possui como direitos:

art. 2º - Constituem direitos do/a assistente social;

a) garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código; b) livre exercício das atividades inerentes à profissão; c) participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais; d) inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional; e) desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional; f) aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código; g) pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população; h) ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções; i) liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos.

No entanto, como nos mostra Raichelis (2010), os espaços sócio-ocupacionais nos quais os assistentes sociais se encontram inseridos e os ambientes institucionais em que se materializam as políticas públicas reúnem diversas intencionalidades, concepções, valores e propostas de sujeitos singulares e coletivos em tornos de distintos projetos em constante disputa, o que pode se tornar problemático quanto aos direitos específicos dessa profissão. Sendo assim o Assistente social está inserido no mercado de trabalho através de um sistema capitalista vigente, onde a precarização do trabalho se acirra cada vez mais e a consequência disso na PNAS é uma práticaprofissional marcada por violações de direitos dos profissionais e dos usuários.

Antunes (2009) afirma que a precarização no mundo do trabalho acirra-se a partir das inovações tecnológicas. Nesse sentido, as profundas mudanças ocorridas no mundo do trabalho com o surgimento de novos modelos de organização e gestão têm como destaque o Taylorismo e o Fordismo e possuem como principais características as intensificações na divisão do trabalho, diferenciando o trabalho manual do intelectual. E por fim, temos o Toyotismo, modelo surgido na década de 50, expandindo mundialmente a partir de 1980, marcado pela flexibilização das relações de trabalho, trabalho temporário e fragmentado e terceirizado.

Algumas das repercussões destas mutações no processo produtivo têm resultados imediatos no mundo do trabalho, a saber: desregulamentação dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em praticamente todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força humana que trabalha; destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, de parceria, ou mesmo, em um “sindicalismo de empresa” (ANTUNES, 2009). Essas transformações têm impacto, obviamente, para o assistente social como profissional, inserido na divisão sócio técnica do trabalho, e consequentemente para a realidade dos assistentes sociais que serão utilizados como estudo a seguir.

Isso significa dizer que embora existam inovações advindas com os marcos regulatórios da assistência social, a precarização do trabalho tenciona a efetivação dessa política, é o que se nota nos dados do Censo Suas do ano de 2015, que demonstra desafios impostos no que diz respeito a precarização do trabalho na PNAS. A precarização pode ser encontrada nos vínculos empregatícios instáveis, nas gestões precarizadas e em recursos humanos pouco qualificados (ALBUQUERQUE, 2016).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) publicou o Censo Suas 2015, com o objetivo de retratar a implementação do SUAS em âmbito nacional, fornecendo dados no que diz respeito aos avanços e desafios do sistema. O estudo foi realizado pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) em parceria com a Secretaria Nacional de Assistência (CNAS).

O Censo SUAS contém informações dos seguintes equipamentos: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Centro de Atendimento à População de Rua (CENTRO POP); gestão municipal; e

gestão estadual. Em cada instituição, foram coletados dados relativos ao financiamento, à infraestrutura, aos recursos humanos e aos serviços, entre outros.

3.2 Reflexão acerca dos dados coletados nas entrevistas

A conjuntura Neoliberal vivenciada atualmente aponta para uma onda de regressão de direitos expressa em várias políticas, inclusive na Política de Assistência Social, isso se deve a uma racionalidade que legitima a atuação do mercado em detrimento da garantia de direitos e considera os investimentos do Estado na sociedade e as conquistas sociais, como formas de gastos sociais que necessitam serem reduzidos (Iamamoto, 2006). Esse contexto se resulta em uma problemática onde ocorre a fragmentação das políticas públicas, refletindo em entraves reais para uma boa atuação profissional do Assistente Social e para a universalização de direitos, como a assistência. Ao realizar as entrevistas foram encontradas em várias falas das profissionais reflexos da precarização do trabalho.

Ao serem explanadas para análise, as falas das entrevistadas não serão identificadas com o nome da profissional, como também a unidade em que a profissional atua, por motivos de sigilo de pesquisa, todas serão identificadas como “AS x”.

Considerando o que dispõe o artigo 8º da Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, que regulamenta o exercício profissional do assistente social e dá outras providências, considerando também que o CFESS enquanto órgão normativo de grau superior possui competência de orientar, disciplinar, fiscalizar e defender o exercício profissional junto ao CRESS e considerando a necessidade de instituir condições e parâmetros normativos, a fim de garantir um exercício profissional ético e técnico, foi aprovada a Resolução 493 em Reunião Ordinária do Conselho Pleno do CFESS, realizada em 20 de agosto de 2006; que dispõe sobre as condições éticas e técnicas sobre o exercício profissional do Assistente Social na Política de Assistência.

O Art. 1º da presente resolução dispõe que - É condição essencial, portanto obrigatória, para a realização e execução de qualquer atendimento ao usuário do Serviço Social a existência de espaço físico, nas condições que esta Resolução estabelecer. O Art. 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e

garantir as seguintes características físicas: iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional; recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional; c- ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas e espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado (RESOLUÇÃO 493, CFESS). Nesse sentido, pode-se inferir o não cumprimento de ambos os artigos nas falas relatadas a seguir:

Eu já atuei em cinco Cras aqui no Distrito Federal e entorno, em nenhum pelo qual eu passei existia sala para atendimento individual. Às vezes eu estou fazendo um atendimento na sala da minha coordenadora, que é aonde eu atendo, quando olho pro lado tem gente pedindo pra falar com a coordenadora pela janela, não existe sigilo aqui. (AS 1)

A fala da profissional problematiza dois fatos importantes, o primeiro se dá problemática questão de não haver espaço físico para o atendimento individual, inclusive a profissional relata que esse problema não é exclusivo do CRAS em que ela trabalha atualmente, como consequência da falta de espaço o sigilo do atendimento individual e o sigilo do material técnico produzido ficam comprometidos. No que se refere ao sigilo do material técnico produzido o art. 4º da Resolução 493 enfatiza que “O material técnico utilizado e produzido no atendimento é de caráter reservado, sendo seu uso e acesso restrito aos assistentes sociais e o Art. 5º da mesma complementa inferindo que “o arquivo do material técnico, utilizado pelo assistente social, poderá estar em outro espaço físico, desde que respeitadas as condições estabelecidas pelo artigo 4º da presente Resolução. A profissional afirma que:

“Inclusive essas caixas que estão ali no corredor, são todos arquivos de atendimento, não aonde guardar, que tipo de sigilo é esse? Quem quiser passar ali e pegar um documento consegue.” (AS 1)

A falta de sigilo profissional infringe o Código de Ética do Assistente Social (1993), visto que o Sigilo Profissional é preconizado como direito do Assistente Social, como explícito nos artigos a seguir: Art. 16 “O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional. Parágrafo único Em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário”. Art. 17 “É vedado ao/à assistente social revelar sigilo profissional.” Art. 18 “A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa,

envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade” (Código de Ética do Assistente Social, 1993, p.35).

Além disto, pode-se compreender que além de um direito do Assistente Social, o Sigilo também é um dever do profissional, visto que o mesmo possui um dever ético de resguardar aquilo que lhe relatado sobre os usuários. (CFESS, 1993)

A falta de espaço para atendimento individual também infringe as Orientações Técnicas do Cras (2009), que preconiza que:

A sala de atendimento: Espaço destinado ao atendimento individualizado de famílias e/ou indivíduos. Deve possuir 12 m², de modo a abrigar até 10 pessoas e ser um ambiente que garanta a privacidade do atendimento prestado. As famílias e/ou indivíduos devem sentir-se seguros para relatar as situações vivenciadas e para a construção de vínculos com os profissionais do CRAS (Orientações Técnicas do Cras, pg. 52).

Sobre o que está disposto no Art. 6º da Resolução 493 “É de atribuição dos Conselhos Regionais de Serviço Social, através de seus Conselheiros e/ou agentes fiscais, orientar e fiscalizar as condições éticas e técnicas estabelecidas nesta Resolução, bem como em outros instrumentos normativos expedidos pelo CFESS, em relação aos assistentes sociais e pessoas jurídicas que prestam serviços sociais”. As profissionais das duas instituições afirmam que o CRESS não se faz presente nas instituições, seja para fiscalizar ou orientar.

No que diz respeito a demanda dos usuários, as Orientações Técnicas do Cras (2009), afirma que a equipe de referência do CRAS é constituída por profissionais responsáveis pela gestão territorial da proteção básica, organização dos serviços ofertados no CRAS e pela oferta do PAIF. Sua composição é regulamentada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS, a capacidade de atendimento do CRAS depende do número de famílias referenciadas, conforme quadro abaixo:

Tabela 1

Porte do município	Número de habitantes	Número mínimo de CRAS	Famílias Referenciadas	Capacidade de atendimento anual
Pequeno porte	Até 20 mil	1 CRAS	2.500	500 Famílias

	habitantes			
Pequeno porte II	De 20 a 50 mil habitantes	1 CRAS	3.500	750 Famílias
Médio porte	De 50 a 100 mil habitantes	2 CRAS	5.000	1.000 Famílias
Grande porte	De 100 a 900 mil habitantes	4 CRAS	5.000	1.000 Famílias
Metrópole	Mais de 900 mil habitantes	8 CRAS	5.000	1.000 Famílias

Fonte: Orientações Técnicas do CRAS, 2009.

Uma das Assistentes Sociais entrevistadas afirma que o CRAS em que ela atua realiza mais de 1.200 atendimentos por mês e que existem mais de 27 mil prontuários abertos. Isso deixa explícito que para a quantidade de atendimentos e prontuários, de acordo com as orientações da NOB SUAS (2006), a cidade que está localizada esse CRAS necessitaria de no mínimo quatro (4) equipamentos do CRAS implementados. A demanda excessiva, as condições de trabalho, dupla jornada, polivalência são limites postos ao exercício profissional. Como diz Iamamoto (2004,p.160) “o crescimento na pressão da demanda, cada vez maior, por parte da população usuária [...] se choca com a falta de verbas das instituições prestadoras de serviços sociais públicos.”

A NOB-RH/SUAS (2006), determina que toda a equipe de referência do CRAS seja composta por servidores públicos efetivados, o que implica na baixa rotatividade dos profissionais, sendo essa considerada fundamental no que diz respeito a garantia de continuidade, eficácia e efetividade dos serviços prestados na instituição. Duas das três assistentes sociais entrevistadas atuam em regime de trabalho contratual denominado como “outros vínculos” e a terceira assistente social embora seja profissional estatutária, desde que atua na assistência, há 10 anos, já passou por cinco instituições do equipamento CRAS.

Ao fazer um paralelo com os dados do Censo SUAS- 2015 podemos inferir que os vínculos empregatícios das profissionais condiz com os dados Censo, sinalizando que mais da metade dos trabalhadores dos CRAS (61,2%) possuem vínculos empregatícios fragilizados e apenas 32%

possuem estabilidade. O Censo SUAS (2015) também acusa que mais da metade dos trabalhadores dos equipamentos analisados possuem outros vínculos trabalhistas, como terceirizados, voluntários e estagiários, o que se traduz em um trabalhador que possui uma carga horária de trabalho excessiva, o que compromete o trabalho realizado pelo mesmo. Ambas as situações evidenciam desdobramentos da precarização do trabalho, no que diz respeito a determinação dos profissionais serem concursados e no fato da orientação de baixa rotatividade dos profissionais.

Em relação ao CRAS e seus objetivos a (PNAS, 2004), afirma que a prioridade do equipamento é atuar com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando assim a orientação, o convívio sócio familiar e o fortalecimento de vínculos familiares e sociais. Além de ser responsável pela oferta do Programa de Atenção integral as famílias (PAIF), a equipe do CRAS deve prestar informações e orientações para a população da sua área de abrangência, a fim de evitar que estas famílias e indivíduos tenham seus direitos violados, recaindo em situações de vulnerabilidades e riscos. Em relação ao seu amplo objetivo a profissional entrevistada afirma que:

O Cras possui um outro tipo de função, diferente do que está realizado atualmente, hoje em dia exerce apenas a função de transferência de benefícios. Tudo aquilo que nas outras políticas não certo, eles mandam pra cá, nós não devemos atuar como quem gerencia a pobreza de forma emergencial, esse equipamento está aqui para um objetivo muito maior do que transferir benefícios, mas a demanda é tanta que muitas vezes atuamos apenas com o que é emergencial. (AS 3)

Em relação a isso, o CFESS ao estabelecer as competências do profissional de serviço social na assistência traduz como objetivo justamente o combate a essa tendência existente na política, de reduzir os atendimentos a um “grande plantão de emergência”, ou um serviço que serve apenas e tão somente para o registro e controle de famílias e concessão de benefícios.

Em relação à autonomia do profissional, Iamamoto (2009) diz que, o assistente social é contratado tanto pelo Estado, como pelo empresariado, mesmo que o profissional não produza diretamente riquezas, valor e mais-valia, é parte de um trabalho coletivo, fruto de uma combinação de trabalhadores especializado na produção e de uma divisão técnica de trabalho. É neste trabalho cooperativo que o assistente social cria condições necessárias para fazer crescer o capital investido na instituição. A autora afirma que a relativa autonomia profissional está presente nos mais diversos espaços sócio ocupacionais, seja ela estatal, privado ou no âmbito das organizações não governamentais.

Falar sobre a autonomia do profissional de serviço social, leva-se a várias questões imbricadas na “relação” entre empregado e empregador na divisão sociotécnica do trabalho. Desde o surgimento da profissão, modo de atuação, as formas de contratação desses profissionais, condições de trabalho que são estabelecidas nas instituições, há inúmeras questões que precisam ser consideradas no decorrer desse processo. Enfim, é preciso retratar como tem ocorrido a atuação do assistente social após retrocessos e conquistas (IAMAMOTO, 2009).

Sobre a falta de autonomia profissional as três assistentes sociais possuem falas similares ao explicitar que esse é um dos maiores problemas do cotidiano.

Depois do excesso de demanda, a falta de autonomia sem dúvidas é o maior problema enfrentado por aqui, muitas vezes queremos realizar um tipo de atividade, de serviço, mas não possuímos autonomia para isso, ou esbarra em dificuldades materiais, ou em questões burocráticas. (AS 2)

Diante das imposições e limites, aos quais o Serviço Social estar sujeito na sociedade capitalista que é marcada por contradições, pode-se apreender que a relativa autonomia dada ao profissional, é muito restrita e que as condições de trabalho de forma precarizada diminui ainda mais essa autonomia do Assistente Social na política de assistência.

Torna-se importante salientar que uma das instituições que havia sido escolhida para a realização da entrevista com o profissional de serviço social encontra-se sem nenhum assistente social.

Em suma as falas das profissionais reproduzem consenso no que diz respeito a condições de trabalho precárias. Nesse sentido, para que a prestação dos serviços no âmbito do SUAS seja adequada e possa efetivar os direitos dos usuários, se faz necessário além do conhecimento teórico, técnico e direcionamento ético-político dos profissionais, condições materiais para sua realização. A implementação do Suas exige novas formas de regulação, organização e gestão do trabalho e, certamente, a ampliação do número de trabalhadores com estabilidade funcional e com condição materiais e humanas de trabalho, é fator essencial, ao lado de processos continuados de formação e qualificação, a partir do ingresso via concurso público, definição de cargos e carreiras e de processos de avaliação e progressão, caracterização de perfis das equipes e dos serviços, além de remuneração compatível e segurança no trabalho. (RAICHELIS, 2010)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho trouxe a discussão dos desdobramentos da precarização do trabalho na atuação do profissional de serviço social na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Não obstante, trouxe a reflexão dessa precarização no equipamento CRAS relacionando as entrevistas realizadas com os marcos regulatórios que definem como deve ser a política em questão.

O trabalho apresentado realizou um resgate desde as primeiras formas de organização do trabalho enquanto categoria até a contemporaneidade. Levando em consideração as transformações ocorridas no mundo do trabalho, as quais afetam todas as profissões não sendo diferente com o serviço social. Alguns autores que se debruçam sobre o assunto afirmam que essas transformações acirram-se significativamente com a expansão da tecnologia, logo afetando o Brasil no início de 1980. As várias transformações ocorridas no mundo do trabalho, culminou-se na precarização do trabalho que pode ser entendida como um conjunto de mudanças econômicas e sociais no mundo do trabalho, caracterizada geralmente pela desqualificação nas relações de contrato trabalhista, onde existe uma racionalidade que legitima a atuação do mercado em detrimento da garantia de direitos.

A partir de 1988, com a Constituição Federal, a assistência social passa a ser direito do cidadão e dever do Estado, fazendo parte do tripé da seguridade social. No entanto, só mais tarde com a Lei Orgânica de Assistência – LOAS (1993) é que se dá a regulamentação da Política de Assistência Social no Brasil. Válido salientar que a partir dela, os profissionais de serviço social, debruçam-se “ganhando forças” e argumentos na garantia e defesa intransigente dos direitos humanos e na recusa do arbítrio e do autoritarismo. Em 2004, o CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social aprovou a atual Política Nacional de Assistência Social.

A priorização dos interesses privados, em detrimento dos direitos sociais, faz parte da atual conjuntura neoliberal e tem impossibilitado a materialização da PNAS. Uma vez que as políticas sociais encontram-se ausentes, os usuários que delas fazem uso tornam-se mais vulneráveis socioeconomicamente. Vale salientar que a assistência social, como política de Estado no Brasil,

apresenta “uma regulação social tardia e frágil na efetivação dos direitos sociais, principalmente pela vivência de processos ditatoriais agravados pela sua duração e travamento da maturação democrática da sociedade” (SPOSATI, 2005, p. 508).

No que diz respeito a pesquisa de campo realizada, são perceptíveis as lacunas na atuação das profissionais decorrente da precarização do trabalho, desde o que se refere à garantia e efetivação de seus próprios direitos enquanto profissionais, até a violação de direitos dos usuários. Nesse sentido, diante dos resultados, pode-se afirmar que a hipótese inicial de que “a precarização do trabalho influencia de forma negativa na atuação profissional do Assistente Social na PNAS, tornando-se assim como uma entrave para a efetivação do Projeto ético-político e para a efetivação de um atendimento de qualidade aos usuários do SUAS”, pôde ser confirmada no decorrer da pesquisa.

É notório que a PNAS e o SUAS possuem dificuldades historicamente presentes e outras problemáticas emergentes para a materialização dos princípios e diretrizes propostos. O excesso de demanda, sem o aumento proporcional de profissionais da área tem consistido em entrave para um atendimento integral, assim como a falta de recursos materiais, ainda que tenham ocorrido avanços nos investimentos relacionados a política ao longo dos anos.

Neste âmbito, infere-se uma importante necessidade na área acadêmica do Serviço Social em conhecer, analisar e objetivar no que concerne o mundo do trabalho do Assistente Social, até mesmo para intervir na realidade tida como desafios para o mesmo, desenvolvendo sua capacidade de construir propostas de trabalho para a efetivação de direitos. Iamamoto (2007), aponta que é necessário pensar o trabalho do assistente social em tempo de capital fetiche, tratando também do processo de formação dessa força de trabalho, que está sujeita a injunções econômicas, políticas e ideológicas onde prevalecem os interesses do grande capital. Nesse sentido a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP), possui um importante papel no que concerne a capacitação contínua desses profissionais, uma vez que o desenvolvimento contínuo desses profissionais pode ser entendido como uma possibilidade de desprecarizar o trabalho realizado.

Nesse cenário, é necessário que se almeje um Estado forte para o social, que reconheça a assistência social como direito constitucional dos indivíduos e que compreenda a necessidade de garantir um trabalho desprecarizado para os profissionais da área a fim de garantir uma correta implementação da política, ainda que saibamos que a precarização do trabalho é consequência do

sistema capitalista vigente. Ademais, é preciso garantir possibilidades concreta de acesso aos serviços sociais.

Diante disso, é necessário que a população, juntamente aos profissionais da área se mobilizem pelos seus direitos através dos movimentos sociais e da participação em espaços de controle democrático, como os Conselhos de Assistência Social.

Estudo como o realizado é importante não apenas para entendermos como está funcionando a pratica profissional dos assistentes sociais na implementação da PNAS na atual conjuntura de regressão de direitos, mas também para denunciar como a precarização do trabalho influência diretamente na vida dos usuários que necessitam do acesso a política em questão. Os desdobramentos da mesma tornam-se perversos visto que o que se observa são profissionais sobrecarregados em seus trabalhos, sem condições materiais de executa-lo e usuários que deixam de acessar o equipamento CRAS, ou acessam de forma ineficaz e inadequada.

Diante do exposto, há um conjunto de mudanças a serem realizadas no que diz respeito as condições de trabalho do profissional de serviço social para que haja possibilidades concretas de acesso a uma política universal, integral e de qualidade por parte dos usuários. O debate sobre o mundo do trabalho dos assistentes sociais é urgente e não deve ser adiado.

REFERÊNCIAS

ALBORNOS, Suzana. O que é trabalho. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e acentralidade do mundo do trabalho. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. Coimbra: CES/Almedina, 2013.

ANTUNES, R. Os modos de ser da informalidade: rumo à nova era da precarização estrutural do trabalho? Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 107, p. 405-419, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n107/02.pdf>>. Acesso em: 26 de fev. 2016.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética e Serviço Social: Fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

BEHRING, Elaine. A contra-reforma do Estado brasileiro: projeto e processo. In: Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003. p. 171-212.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de Política Social. In: MOTA, A. E. et al. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS: OMS: Ministério da Saúde, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete; TEIXEIRA, Sandra Oliveira. Seletividade e focalização da política de assistência social no Brasil. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, 15, Costa Rica, Anais. Costa Rica: Universidade de Costa Rica, 2004. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-018-081.pdf>>. Acesso em: 20 de jan. 2016.

BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo. 2º. ed.. Brasília: UNB, 2003. p.297

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome. NOB-RH/SUAS: anotada e comentada. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome. Censo Suas 2013. Brasília, 2014.

BRASIL. Lei n. 8.662, de 07 de junho de 1993. Presidência da República, 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 12 de jan. 2016.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8742compilado.htm> Acesso em: 29 de junho. 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 05 jan. 1988. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/14cns/docs/constituicaoofederal.pdf>>. Acesso em: 17 de set. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O Censo Suas como processo de aprimoramento e institucionalização da Política de Assistência Social no Brasil. In: Ações premiadas no 16o Concurso Inovação na Gestão Pública Federal. Brasília: ENAP, 2011. ISBN: 978-85-256-0067-7

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011. Ratifica a equipe de referência pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. SUAS: Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS-NOB-RH/SUAS. Brasília, 2006.

BRUYNE, Paul de. Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais: os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. 611 p.

_____. Censo SUAS 2015. Brasília, 2015.

CFESS. Parâmetros para atuação dos assistentes sociais na Política de Assistência Social. ABEPPS, 1996. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf>. Acesso em 18 de nov. 2016

_____. Política Nacional de Educação Permanente do SUAS. Brasília, 2013.

CFESS. Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Assistência. Brasília:CFESS, 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atualacao_de_Assistentes_Sociais_na_Assistencia.pdf>. Acesso em: 09 de jun. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de Ética Profissional do/a Assistente Social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESSSITE.pdf>. Acesso em: 03 de jan. 2016.

COUTO, Berenice Rojas. O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2006. 198 p.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de Ética Profissional do/a Assistente Social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 03 de jan. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais, Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atualacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf>. Acesso em: 20 de dez. 2015.

ALBURQUEQUE, Miriam de Souza. Desafios para a Política Nacional de Assistência Social diante das transformações do mundo do trabalho. Brasília, 2016;

FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em Serviço Social. 2ªed, São Paulo: Cortez, 2000. 208p.

FALEIROS, Vicente de Paula. Saber profissional e poder institucional. 9ª ed., São Paulo: Cortez, 2009.

GIL, A. Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: MOTA, A. E. et al. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS: OMS: Ministério da Saúde, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma Interpretação Teórico-Metodológica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na cena contemporânea. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009, p. 01-45. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/15556754/387658941/name/1_-_O_Servico_Social_na_cena_contemporanea.pdf>. Acesso em: 24 de fev. 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade. Trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

KOGA, D. Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

KOGA, D. O território e suas múltiplas dimensões na política de assistência social. Cadernos de estudos: Desenvolvimento Social em Debate, Brasília, n. 2, p. 17-33, dez. 2005.

KOGA, D.; NAKANO, K. Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras. In: ABONG NAS CONFERÊNCIAS 2005 – Criança e Adolescente, Assistência Social, 2005, Brasília. Cadernos... Brasília: Abong, 2005. p. 68-74.

KRÜGER, Tânia Regina. Serviço Social e Saúde: Espaços de Atuação a Partir do SUS. *Revista Serviço Social & Saúde*, Campinas, v. IX, n. 10, dez. 2010. p. 123-145. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=47814&opt=1>>. Acesso em: 23 de dez. 2015.

Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Lei 8742, de 07.12.1993.

LESSA, Sérgio. Para compreender a ontologia de Lukács. 3. Ed. Revista e Ampliada, Ijuí Ed. Unijuí, 2007.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. Introdução à filosofia de Marx; 2ª edição: novembro de 2011; Lukács, G. *Ontologia do ser social – os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: LECH, 1979.

Maria Solange. Família na Política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. *Revista Política Públicas*, São Luiz, 2009, v.13, n.2, p.255-264, jul./dez. 2009.

MARX, KARL. *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro 1: O processo de produção do capital* (Boitempo Editorial, 2013).

MARX, KARL; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo, HUCITEC, 1987.

MESTRINER, M. L. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: *Capacitação em Serviço Social e política social: Módulo 1 - Crise contemporânea, questão social e Serviço Social*. Brasília: CFESS/Abepss/Cead/UnB, 1999.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1*. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999. Disponível em: < <http://welbergontran.com.br/cliente/uploads/4c5aafa072bcd8f7ef14160d299f3dde29a66d6e.pdf> >. Acesso em: 26 de dez. 2015.

NETTO, J. P. Para a crítica da vida cotidiana. In NETTO, J. P. & FALCÃO, M. do C. do Cotidiano: Conhecimento e Crítica. São Paulo, Cortez, 1987

NEVES, Marília Nogueira. Rede de Atendimento Social: Uma Ação Possível? Revista da Católica, Uberlândia, v. 1, n.1, p. 147-165, 2009. Disponível em: http://www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv1n1/13_Rede_de_atendimento.pdf. Acesso em: 09 de março. 2016.

NOGUEIRA, Marco. O Reformismo *enragé*. Voo panorâmico sobre as últimas décadas do século. In: *As possibilidades da política: ideias para a reforma democrática do Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 123-182.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho e os trabalhadores do SUAS: o enfrentamento necessário na assistência social. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome. Gestão do Trabalho no SUAS: uma contribuição necessária. Brasília: Secretaria de Nacional de Assistência Social, 2011.

Resolução CFESS Nº 493, 2006. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf RESOLUÇÃO CFESS nº 493/2006. Acesso em 10 de out.20116

SILVA, Luzia Gomes. Seguridade Social: das origens e conceito aos princípios que sustentam o Estado Democrático do Direito, 2015. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11417. Acesso em 25 de set. 2015.

SPOSATI, Aldaíza. A gestão da assistência social na cidade de São Paulo (2001-2004). In: Revista de Administração Pública/RAP. Rio de Janeiro, 39 (3): 505-573, Maio/Junho, 2005.

SPOSATI, Aldaíza et al. A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. 9º. ed.. São Paulo: Cortez, 2007. 112 p.

TEIXEIRA, Maria Solange. Família na Política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. Revista Política Públicas, São Luiz, 2009, v.13, n.2, p.255-264, jul./dez. 2009.

YAZBECK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>. Acesso em: 13 de dez. 2015

ANEXOS

INSTRUMENTO REALIZADO NAS ENTREVISTAS

Sexo: feminino () masculino ()

Qual a sua idade?

Você tem alguma religião? Se sim, você é praticante da mesma?

Há quanto tempo você trabalha na área de Serviço Social?

Qual é o seu vínculo de trabalho com a instituição? (Celetista, estatutário, entre outros)

Há quanto tempo você trabalha nessa instituição?

Quantos assistentes sociais trabalham nessa instituição?

Qual o seu salário mensal na instituição?

Quais são as principais atividades cotidianas realizadas por você nessa instituição? Você exerce funções apenas da sua profissão? (Se a resposta for não, explique quais funções que exerce que não seja competência da profissão)

Quais instrumentos utilizados nessas atividades? (entrevistas, reuniões, visitas domiciliares)

Quais as principais dificuldades percebidas por você para a prática profissional nessa instituição? (Espaço insuficiente para os atendimentos individuais e coletivos, falta de incentivo institucional para a qualificação profissional, burocracia institucional, excesso de atividades atribuídas ao profissional, falta de autonomia profissional, dicotomia entre a teoria e prática, falta de uma consolidada equipe multidisciplinar).

Em relação ao CRESS, o mesmo se faz presente na instituição através de fiscalizações? Você enquanto profissional tem algum envolvimento com o conselho?

Entendendo que a precarização do trabalho tenciona as formas de efetivação do projeto ético-político profissional do(a) Assistente Social, quais são os parâmetros (Regulamentos, normas e etc) que você enquanto profissional utiliza para consolidar a universalização de direitos?

Esse CRAS tem uma demanda maior do que a capacidade de atendimento?

Em relação a sua formação acadêmica e ao seu embasamento teórico, você fez/faz alguma atividade para reciclar seus conhecimentos na área?

A resolução do CFESS número 493/2006 dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do Assistente Social. Qual o seu entendimento sobre a mesma? Você enquanto Assistente Social percebe o cumprimento dessa resolução no seu cotidiano profissional?

TERMO DE CONSENTIMENTO

UnB

Departamento de Serviço Social

PESQUISA:

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA REFLEXÃO ACERCA DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado/a participar da pesquisa: “POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA REFLEXÃO ACERCA DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS.”

Essa pesquisa é parte de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Universidade de Brasília, referente à aluna Gabriela Galvão de Sousa, discente do Curso de Serviço Social, sob a orientação da profa. Dra. Miriam Albuquerque. O objetivo desta pesquisa é Compreender a existência da precarização do trabalho do Assistente Social na execução da política de Assistência Social em relação ao atendimento aos usuários.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada primeiramente por um questionário estruturado em perguntas fechadas e após esse primeiro momento será realizado uma entrevista guiada por um

roteiro semiestruturado composto por questões abertas e fechadas. É para estes procedimentos que você está sendo convidado/a a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco considerável.

Espera-se com esta pesquisa a contribuição para a produção de conhecimento na área pesquisada.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode contatar a pesquisadora através do telefone (61) 91203071 ou pelo e-mail: gabigalvaos@gmail.com

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura do (a) pesquisador: _____

Local: _____

Brasília, ____ de _____ de 2015.

